

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARLUCY SILVEIRA DE SOUZA ZACCHI

BLS PDF Converter DEMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROFESSORES (AS): TRABALHO, VIDA E SAÚDE

FLORIANÓPOLIS

2004

MARLUCY SILVEIRA DE SOUZA ZACCHI

PROFESSORES (AS): TRABALHO, VIDA E SAÚDE

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre, no Programa de
Pós-graduação em Educação, da Universidade
BLS PDF Converter DEMO
Federal de Santa Catarina, sob orientação da
Prof^a. Dra. Célia Regina Vendramini

FLORIANÓPOLIS

2004

MARLUCY SILVEIRA DE SOUZA ZACCHI

PROFESSORES (AS): TRABALHO, VIDA E SAÚDE

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 24.03.2004

Dr^a Célia Regina Vendramini (CED / UFSC / Orientadora)

Dr^a Edna Garcia Maciel Fiod (CED / UFSC / Banca Examinadora)

BLS PDF Converter DEMO

Dr^a Marlene Ribeiro (UFRGS / Banca Examinadora)

Dr^a Diana Carvalho de Carvalho (Suplente e Coordenadora PPGE / CED / UFSC)

Florianópolis

2004

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado especialmente aos professores e professoras da Rede Pública Municipal de Ensino de Palhoça por sua valiosa contribuição à nossa pesquisa, tanto em sua origem quanto em seu processo de desenvolvimento. Esses (as) professores (as) - assim como a maioria dos docentes brasileiros - travam uma luta diária de sobrevivência, deslocando-se de escola em escola, de bairro a bairro, de cidade em cidade, trabalhando sob precárias condições e percebendo baixos salários. Alguns desses profissionais transitam de ônibus, outros a pé, uns poucos de carro, mas todos o fazem com um único desejo: ensinar.

BLS PDF Converter DEMO

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta dissertação, é chegada a hora de manifestar o reconhecimento pelo apoio incondicional que recebi para concretizá-la.

Porque este trabalho é resultado de uma construção coletiva, manifesto minha gratidão a todas as pessoas que se envolveram para construí-lo.

Porque a colaboração destas pessoas foi imprescindível a cada passo que avançamos durante as pesquisas necessárias para sua realização.

Agradeço

À Professora Doutora, Célia Regina Vendramini, orientadora deste estudo, pela paciência com que encaminhou o trabalho, dando-lhe corpo e forma. Também, pelo apoio, incentivo, sugestões e orientações, sem os quais este trabalho não atingiria seu objetivo.

À Professora Doutora Eneida Oto Shiroma da Universidade Federal de Santa Catarina - que muito contribuiu com este trabalho - questionando, sugerindo, estabelecendo caminhos.

À Professora Doutora, Edna Garcia Maciel Fiod da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas sugestões oportunas na qualificação deste trabalho e, também, por aceitar participar da banca examinadora.

À Professora Marlene Ribeiro da Universidade federal do Rio Grande do Sul, que gentilmente se dispôs a participar deste trabalho como membro da banca examinadora.

À Rosa de Lima Leidens - pela redação final deste trabalho - pelo carinho e atenção dispensados e, principalmente, pela seriedade com que realiza sua atividade e pelo respeito com que trata o conteúdo do estudo realizado.

Aos meus amigos da boemia: Inês e Romeu, Denise e Alexandre, Miro e Dóris pelas horas de descontração.

Aos meus colegas de mestrado: Dorinha, Rubens, Nivaldo, Eliane, Cris e Téo, pela oportunidade de conhecê-los e de aprender com eles.

A todos os trabalhadores da educação da Rede Municipal de Palhoça, em especial às pessoas da escola em que atuo como supervisora escolar e, particularmente, às professoras que entrevistei.

Ao Secretário de Educação do município de Palhoça, Luiz Antônio Vidal e à Terezinha da Silva, diretora da escola em que trabalho, pelo apoio e liberação dos espaços para a pesquisa.

À Verlanis que me acompanhou, durante meses nas pesquisas realizadas nos arquivos do Departamento de Recursos Humanos, sem importar-se com a bagunça, e à Kely que me ajudou com o livro CID.

BLS PDF Converter DEMO

À minha avó, Laurita, professora aposentada, pelas palavras de conforto e incentivo.

Aos meus pais, Gido e Sandra, que me deram a vida e, com ela, a oportunidade única de ser filha, irmã, neta, cunhada, tia, sobrinha, amiga, mãe, nora, supervisora, professora e mulher. Sobretudo, pelo apoio infinito.

Aos meus irmãos queridos, Léo e Andio, pela parceria e cumplicidade incondicionais.

À Zei e ao seu Juarez, que cuidam de meus filhos - nas minhas ausências - como se fossem seus, subsidiando meus estudos.

À Bina, a quem adotei como irmã, por sempre me incentivar a ir em frente quando o cansaço me vence, e por repartir comigo vitórias, angústias e derrotas, sempre com palavras de conforto.

À companheira Dorinha - amiga e confidente - com quem pude compartilhar as alegrias e tristezas, as dúvidas e os problemas encontrados no decurso do Mestrado, pelas longas e diárias e conversas por telefone.

Aos meus filhos, Rafaela e Mateus e, ao meu marido Alan por terem sentido - mesmo quando meu corpo estava presente - minha constante ausência espiritual, consequência do investimento pessoal e coletivo a que me propus. Talvez, um dia, entendam a importância e o sentido deste momento para mim.

BLS PDF Converter DEMO

Neste estudo - que combina a abordagem qualitativa e quantitativa - analisa-se a relação entre o trabalho docente e a saúde dos que nele atuam, tendo como universo de pesquisa a Rede Pública Municipal de Palhoça. Para estabelecer essa relação, discute-se a natureza do trabalho docente e suas condições de realização no contexto capitalista. A discussão fundamenta-se, principalmente, nos estudos de Marx - a respeito dos aspectos concernentes à estruturação desta sociedade - e nos estudos já produzidos acerca do trabalho docente e da sua relação com a saúde - *mal-estar docente*, *estresse* e *burnout* em professores. Partindo do pressuposto que o trabalho docente no interior da sociedade capitalista afeta a saúde de professores (as), investigou-se sua natureza e as condições sob as quais é realizado; identificou-se a frequência com que ocorrem as licenças para tratamento de saúde entre professores e as doenças que provocam seu afastamento da sala de aula no período 2000/2002. As entrevistas realizadas com quatro professoras da rede revelam aspectos significativos da multifacetada atividade docente - como a longa jornada e a sobrecarga de trabalho, sobretrabalho, relações

interpessoais, escassez de recursos e baixos salários - que impele a professora-trabalhadora a realizar o trabalho doméstico e, ainda, outras atividades complementares de renda. Sob tais condições, o trabalho perde seu caráter humanizador, constituindo-se como fonte de sofrimento e interferindo na saúde desses professores. Esta pesquisa revela que grande parte das doenças - pelas quais os (as) professores (as) se afastam do trabalho - são de ordem psicológica, sendo a depressão a doença de maior incidência entre docentes.

Palavras-chave: trabalho docente; saúde de professores.

ABSTRACT

In this paper **BLS PDF Converter DEMO** that combines the qualitative and quantitative approach - we analyze the relationship between the educational work and teachers' health. Our universe of research is the *Rede Pública Municipal de Palhoça* (local public schools in Palhoça, SC, Brasil). To establish this relationship, we are approaching the nature of the educational work and consequent performing conditions in the capitalist context. Our points are mainly based on Marx's studies - on the aspects concerning this society organization - and on studies already done about the educational work, and also on the relationship between the educational work and health - teacher's *educational uncomfortable feeling, stress and burnout*. Starting from the assumption that educational work within the capitalist society affects teachers' health, its nature, and the conditions under which the work is done were investigated; the frequencies of medical licenses due to health treatments among teachers and main reasons for their dismissal from the classrooms in 2000/2002 were identified. The interviews with four teachers belonging to *Rede Pública Municipal de Palhoça* have revealed important aspects about the multi-faceted educational activities - such as the long work journey, overwhelming, overwork, interpersonal relationships, lack of resources, low salaries, all of which lead the female teachers to do the housework and extra-activities in order to improve their income. In this way, the job loses its human

character and becomes a source of suffering, what interferes in these male/female teachers' health. This research shows that most of sicknesses - the reason why teachers are dismissed from work - result of a psychological aspect, and depression is the most common sickness among teachers.

Key words: Educational Work, Teacher's Health.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Nº de matrículas na Rede Municipal de Ensino de Palhoça.....	18
TABELA 2	Nº de professores da Rede Municipal de Palhoça - SMECD.....	27
TABELA 3	Nº de professores da Rede Municipal de Palhoça - DRH	28
TABELA 4	Nº de professores que foram afastados para tratamento de saúde.....	91
TABELA 5	Nº de afastamentos para tratamento de saúde.....	93
TABELA 6	Distribuição do nº de professores afastados de acordo com o nº de licenças ao ano.....	94
TABELA 7	Nº de afastamentos para tratamento de saúde por semestre.....	95
TABELA 8	Nº total de afastamentos de docentes para tratamento de saúde, por nível de ensino e situação funcional.....	97
TABELA 9	Incidência das doenças nos professores no ano 2000.....	101
TABELA 10	Incidência das doenças nos professores no ano 2001.....	102
TABELA 11	Incidência das doenças nos professores no ano 2002.....	103
TABELA 12	Nº de afastamentos relacionados à saúde mental.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 OS CAMINHOS DA PESQUISA	17
1.1 Situando o campo de pesquisa.....	17
1.2 Procedimentos metodológicos.....	19
1.3 Os obstáculos enfrentados na pesquisa.....	25
1.4 As entrevistas.....	28
2 PROFESSORES: TRABALHO E VIDA	31
2.1 Quando o tempo da vida equivale ao tempo do trabalho.....	32
2.2 Professor: entre o sacerdócio e o profissionalismo.....	35
2.3 Um projeto, um sonho, uma utopia: o professor vive de esperança.....	38
2.4 Do sonho à realidade concreta.....	42
2.5 Do singular ao plural.....	44
3 A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE	49
3.1 A concepção de trabalho docente: o professor como trabalhador assalariado.....	49
3.2 O Estatuto do Magistério da Rede Municipal de Palhoça e a concepção de trabalho docente.....	56

3.3 Condições de trabalho	60
3.4 Jornada de trabalho e trabalho excedente: a intensificação do trabalho docente.....	71
3.5 Salário e trabalho doméstico: a sobrecarga de trabalho da professora-trabalhadora.....	74
3.6 Idealização do trabalho docente.....	78
3.7 Organização coletiva: o espaço de resistência.....	83
4 COMO VAI A SAÚDE DOS PROFESSORES.....	88
4.1 O Estatuto do Magistério e as licenças para tratamento de saúde.....	88
4.2 Afastamentos para tratamento de saúde.....	91
4.3 As doenças mais frequentes entre os professores.....	100
4.4 As implicações trazidas pelo trabalho à saúde de docentes.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS.....	130

Este trabalho é fruto da reflexão sobre as angústias e ansiedades observadas na prática da atividade docente da qual participamos, hoje, na condição de supervisora escolar na Rede Municipal de Palhoça; mas como alguém que já experimentou diretamente as "agruras e os prazeres" de atuar em sala de aula.

A atividade docente apresenta problemas que não são novos, pelo contrário, são problemas relacionados à sua origem e ao seu desenvolvimento histórico no contexto das relações capitalistas. Atividade socialmente desvalorizada, o exercício do magistério é realizado sob precárias condições de trabalho, salários nada atraentes e, ainda, com exigências que se acumulam àquelas tarefas inerentes à própria atividade - sem quais o trabalho do professor ficaria impossibilitado de acontecer - e a outras tantas, determinadas **BLS PDF Converter DEMO** Secretaria de Educação, Governo Municipal, Estadual ou Federal, que se constituem como exigências exageradas da profissão e, por isso, tanto oprimem, causam sofrimento e *mal-estar* no professor, conforme podemos perceber no depoimento abaixo:

Sempre fui carregada de cadernos para casa.

*Nunca fui pra casa cedo. Ocupava todas as minhas aulas de folga com correções e demais trabalhos escolares. E, ainda assim, não era suficiente. Precisava realizar tarefas em casa. Na verdade, eu queria tudo muito certinho, e isso me angustiava porque parecia que não ia dar conta. Resolvi sair de sala pra aliviar um pouco o **sofrimento** e o **cansaço**. No último ano em que trabalhei, 2000, acabei o ano pesando 47 quilos. Inclusive, tive pressão alta e enxaqueca severa. Problemas estes que se amenizaram com a minha saída de sala, porque diminuiu minha tensão. É que eu nunca consegui entregar nada pro meu aluno sem corrigir. Eu corrigia tudo: cadernos, livros. Era uma coisa assim... interminável.*

O professor ganha por 20 horas de trabalho, mas na realidade trabalha 40 horas, dependendo do compromisso do professor, é claro. Não pretendo sair da educação. Se tiver que

voltar pra sala, eu volto. Mas, se puder ficar fora dela, prefiro. Porque, em casa, o marido cobra: Por que trazer isso tudo pra casa? Como não deste conta disso lã na escola? Tenta usar teu horário da escola. Essa cobrança é porque eu ficava horas e horas em cima do planejamento.

O lado bom disso tudo é que ainda tem aqueles pais que valorizam nosso trabalho. Acredito que muitos pais ainda nos dão valor. E tem também as crianças tão carinhosas e aquelas que precisam da gente como confidente. Eu sentia a confiança que eles tinham em mim. Mas, pensando no salário... é muito baixo. Essa é outra angústia. Realizar todas as tarefas que falei por um salário líquido de 150 reais. É desanimador. Se fosse um trabalho que se pudesse realizar só naquele período em que se está na escola ou se ganhássemos melhor, não desistiríamos de ser professor. Com esse salário que 'eles' pagam, 'eles' não valorizam nosso trabalho. Como é que se pode sobreviver? É obrigado desistir, mesmo. (Depoimento de uma professora durante estudo exploratório).

BLS PDF Converter DEMO

Podemos constatar que as declarações expressas nesse depoimento revelam que o trabalho docente não apenas oprime, como também causa sofrimento ao professor, desarmonizando o relacionamento familiar e afetando-lhe a saúde.

Portanto, nossa proposta é analisar a relação entre o trabalho e a saúde dos professores da Rede Pública Municipal de Palhoça, a partir do estudo da natureza do trabalho em educação, suas especificidades e suas implicações para a saúde do professor; das condições em que se realiza o trabalho docente no interior de uma sociedade inserida no modo capitalista de produção; da frequência com que ocorrem as licenças para tratamento de saúde entre os professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Palhoça conforme o nível de ensino em que atuam e sua situação funcional (se efetivos ou substitutos), considerando a categoria gênero; das doenças pelas quais os professores se afastam de sala de aula.

No primeiro capítulo, situamos o campo da pesquisa a partir da contextualização da Rede Pública Municipal de Palhoça e apresentamos nossos procedimentos metodológicos.

Os depoimentos dos professores sobre sua vida e seu trabalho são apresentados no segundo capítulo, nos quais podemos perceber que a professora-trabalhadora não só realiza o trabalho da escola, na escola, como também precisa levar tais tarefas para sua casa e realizá-las cumulativamente com os afazeres domésticos - uma vez que não tem condições de pagar alguém para se eximir dos, também intermináveis, serviços caseiros. Identificamos, ainda, a longa jornada de trabalho, ou seja, a jornada contratual acrescida do sobretrabalho (daquelas atividades da escola realizadas em casa, e que não são pagas); os baixos salários e as precárias condições de realização do trabalho.

No terceiro capítulo, discutimos a natureza do trabalho docente, a partir da concepção de professor como trabalhador assalariado, apontando as semelhanças e diferenças entre o trabalho do professor com o dos demais trabalhadores assalariados. Apresentamos o conteúdo do Estatuto do Magistério Público Municipal de Palhoça e o que este dispõe sobre a atribuição do professor. Ainda neste capítulo, aprofundamos nossa discussão sobre condições de trabalho; jornada de trabalho e trabalho excedente; salário, afazeres domésticos e sobrecarga de trabalho da professora-trabalhadora; idealização do trabalho docente e formas de organização coletiva.

No quarto e último capítulo, apresentamos o que dispõe o Estatuto do Magistério Público Municipal de Palhoça sobre os afastamentos para tratamento de saúde, enfocando as ocorrências destes entre os professores da Rede Pública Municipal de Palhoça e por quais doenças eles se afastam da sala de aula, bem como discutimos a relação entre o trabalho realizado (sua natureza e condições de realização) e a saúde do professor.

Do vasto campo de investigação em que se constitui o trabalho docente, por que escolhemos justamente a saúde do professor como proposta de pesquisa? Nossa opção por este tema deve-se ao fato de, há algum tempo, vivenciarmos a angústia, a ansiedade e o desânimo de colegas de trabalho. Partilhamos o cotidiano de muitos professores que estão cansados, sobrecarregados, desanimados com seu trabalho e consumidos por ele, principalmente, devido às questões salariais, à longa jornada de trabalho e à sobrecarga de atividades intermináveis (sobretrabalho) que lhes consomem não só o tempo de sua vida pessoal, mas também e, sobretudo, a saúde. São trabalhadores consumidos pelo trabalho,

sobrecarregados e esgotados que têm sua saúde afetada não somente por doenças físicas, como e inclusive, por doenças de ordem psicológica, como estresse, fobias, transtornos, neurastenias e depressões. Doenças estas que prejudicam sua capacidade intelectual, ou seja, sua capacidade de trabalho e que são responsáveis por cerca de 50% dos afastamentos para tratamento de saúde na rede Pública Municipal de Ensino de Palhoça.

Percebemos que o cansaço físico pela longa jornada, os baixos salários, as condições precárias de trabalho, a falta de tempo para si e a angústia - gerada pelas exigências sociais da atividade - têm causado sofrimento aos professores e professoras que se sentem dominados pelo trabalho, o que interfere, sobretudo, em sua saúde e em sua qualidade de vida.

Conforme **Stobçus, Mosqueira e Teixeira (2002)**, a preocupação com o *trabalho docente* é de âmbito internacional, pois não se restringe, apenas, aos países de terceiro mundo. Contrariamente ao que se pode pensar, nos países de primeiro mundo (onde os professores têm melhores condições salariais e de trabalho, também são discutidos problemas relacionados ao *mal-estar docente*, *Stress do professor* e *burnout*.

Portanto, nossa proposta é a de desenvolver um estudo no qual possamos refletir sobre a atividade docente no interior da sociedade capitalista e sua relação com a saúde de professores (as) a fim de não só compreendermos as relações sociais estabelecidas, mas também para resgatar - por meio de estratégias coletivas - as possibilidades de enfrentamento dos problemas inerentes à docência.

BLS PDF Converter DEMO

Neste capítulo, apresentaremos a trajetória da construção do nosso trabalho: a busca de informações necessárias às análises que pretendemos desenvolver acerca do tema proposto.

Partindo da hipótese de que o trabalho docente - devido à natureza e à forma como ele se apresenta no interior da sociedade capitalista - traz implicações para a saúde de muitos professores, temos como objetivo primordial dessa pesquisa analisar a relação entre o trabalho de professores (as) e sua saúde, tendo como campo de pesquisa a Rede Municipal de Palhoça.

1.1 Situando o Campo de Pesquisa

O Município de Palhoça pertence à região da Grande Florianópolis, limita-se ao norte com o

município de São José, ao sul com Paulo Lopes, a oeste com Santo Amaro da Imperatriz e a leste com o Oceano atlântico.

Nos registros históricos do Município consta o dia de 31 de julho de 1793 como data de sua criação, atribuída à chegada de Caetano Silveira de Matos, português, considerado fundador de Palhoça. Até 1833 a cidade pertenceu a Desterro (atualmente Florianópolis), passando a fazer parte do território de São José. Em 1894, por meio do decreto 184 de 24 de abril, Palhoça é desmembrada de São José e elevada à categoria de município.

No ano de 1922, perde os territórios que hoje correspondem aos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Garopaba, Paulo Lopes, Rancho Queimado e São Bonifácio, totalizando uma área territorial de 3180 km. Seu território corresponde a 322 km, apenas 10% da área original, devido à perda de 90% do total de seu território no momento da emancipação política.

No que se refere ao aspecto de morfologia o Município conta atualmente com uma população de mais de 100.000 (cem mil) habitantes, conforme dados do censo de 2000 do IBGE.

Segundo dados do IBGE, no ano 2000, a população de Palhoça era de 102.742 (cento e dois mil, setecentos e quarenta e dois) habitantes, apresentando uma variação anual de 5.95%. No entanto, esta população vem crescendo significativamente, devido às frequentes migrações ocorridas no Município.

Percebemos esse crescimento populacional não só pela expansão de loteamentos, como também por meio do aumento significativo das matrículas na Rede Municipal de Ensino, nos últimos quatro anos, conforme mostra tabela a seguir:

Tabela 1- Número de matrículas na Rede Municipal de Ensino de Palhoça

	Número de alunos da Rede Municipal de Palhoça			
Ano	2000	2001	2002	2003

Educação Infantil	1115	1205	1666	1783
Ensino Fundamental	3613	3807	4307	6618
Total	4728	5012	5973	8401

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Palhoça, ano 2003.

Para atender a essa demanda - que praticamente dobrou nos últimos quatro anos, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Educação - a Rede Municipal de Educação de Palhoça, mantida pelo poder público municipal, conta hoje, ano de 2003, com 49 escolas para atendimento da população. São 8401 alunos atendidos, e cerca de 600 professores exercendo suas atividades na Rede Municipal de Ensino.

BLS PDF Converter DEMO

1.2 Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa, optamos por uma combinação da abordagem qualitativa com a quantitativa. Nossa intenção é promover uma análise qualitativa, tendo como suporte os dados obtidos sobre os professores do Município de Palhoça que se afastaram para tratamento de saúde, no período compreendido entre 2000/2002 - anos referentes à nossa pesquisa - juntamente com os depoimentos dos sujeitos em questão e os conhecimentos produzidos acerca do tema.

Trata-se, portanto, de um **estudo de caso** - envolvendo os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino de Palhoça que exercem a atividade docente na Educação Infantil e Ensino Fundamental - que analisa os afastamentos dos professores efetivos para tratamento de saúde e a relação entre o trabalho realizado e a saúde desses trabalhadores da Educação.

Para discutir o sofrimento gerado pelo trabalho e a relação deste na saúde, buscamos a análise de **Dejours (2001)** sobre o processo que favorece a tolerância social para com o mal e a injustiça e a falta de reação coletiva para enfrentá-los.

Dentre os vários autores que estudam o trabalho docente, concentramos nossas discussões principalmente nos estudos realizados por **Codo (1999)** e **Esteve (1999)**. O primeiro, organizador de uma pesquisa de grande envergadura sobre a atividade docente - em 27 estados brasileiros - acerca da saúde mental e trabalho no País. A obra desse autor traz como foco de pesquisa o profissional professor, a natureza de seu trabalho, as condições em que este se realiza bem como a saúde deste trabalhador, atrelada às exigências inerentes a sua atividade que o consomem, desgastam e prejudicam-lhe a saúde.

O segundo autor, Professor **José Manoel Esteve Zaragoza (1999)**, da Universidade de Málaga na Espanha, desenvolveu seus estudos acerca do *mal-estar docente*, doença social causada pela falta de apoio da sociedade ao professor e lhe que provoca o desencantamento com o trabalho realizado.

Encontramos, ainda, vários outros pesquisadores envolvidos com estudos sobre o *Trabalho Docente* e que - preocupados com a atividade do professor - buscam conhecer seus processos de formação inicial e continuada; seu saber-fazer, a natureza de seu trabalho; o papel social que lhe cabe; seu desencanto com o trabalho e doenças que o aflige.

Merecido destaque à Professora **Luiza Cortesão** da Universidade do Porto em Portugal e presidente do Instituto Paulo Freire, recém-criado em 2001. **Cortesão (2002)** aborda o *mal-estar docente* perpassando questões relativas à sobrevivência do professor nas sociedades do século XX, frente aos recursos que a informática vem oferecendo e que parecem tornar o trabalho do professor obsoleto. Sua contribuição reside na tentativa de responder à questão da "morte do professor", cuja resposta possível passa do "sim ao não". Baseada na *pedagogia da autonomia* de Paulo Freire, o não à morte do professor fica condicionado ao fato de o educador estar inserido no campo da pedagogia da libertação. **Álvaro L. Moreira Hypolito (1997)**, professor da Universidade Federal de Pelotas

(UFPEl), dedica seus estudos a uma avaliação crítica acerca da produção científica realizada no Brasil sobre a atividade docente, no que se relaciona à constituição histórica dos professores, sua situação de classe, o processo de feminização do magistério (relações de classe e gênero) e a natureza do trabalho docente. Discute a trajetória da análise a proletarianização dessa classe e a constituição do magistério como atividade feminina.

Antônio Nóvoa (1995), da Universidade de Lisboa em Portugal, e colaboradores trazem importante contribuição aos estudos sobre trabalho docente, abordando o processo histórico de profissionalização dos professores a partir do século XVII até o século XX. A obra continua com uma reflexão acerca da necessidade de libertação profissional dos professores, por meio da compreensão das práticas nas suas diversas configurações. Trata ainda do *mal-estar* docente frente às mudanças sociais ocorridas e suas implicações na atividade do professor. Reflete também sobre a "**criatividade**" dos professores no contexto de trabalho, estando sendo uma análise das condições reais do processo de inovação do ensino. Por último, desenvolve um estudo sobre a vida pessoal e profissional do professor, abrangendo a insegurança e a sobrevivência do docente novato e o percurso profissional dos professores ao longo dos anos de trabalho.

Cabe destacar a contribuição de **Miguel Arroyo (1985)**, da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a organização do trabalho docente e a profissionalização do professor. E, ainda, o relevante trabalho de **Fernando Selmar Fidalgo (1996)**, professor da UFMG, que analisa o trabalho e a carreira docente.

O estudo sobre **stress do professor** organizado pela professora da PUC de Campinas e diretora fundadora do Centro Psicológico de Controle do Stress, **Marilda Emmanuel Novaes Lipp (2002)**, também merece destaque. O trabalho realizado por Lipp e colaboradores (2002) aborda questões pertinentes sobre o estresse, destacando a figura do docente, sob justificativa de que "a evolução da educação escolar, o progresso e uma vida com qualidade ficam inviáveis sem cuidar, formar e apoiar o professor". Os autores priorizam uma questão crucial na realidade das escolas: as constantes pressões sofridas pelos professores as quais vêm prejudicando a qualidade do ensino, os alunos, os

próprios professores e a comunidade em geral.

Não podemos negar a importante contribuição desses estudos sobre o trabalho docente. Todavia gostaríamos de ressaltar que estes apresentam algumas limitações por não abordarem, em profundidade, o que causa o sofrimento dos trabalhadores, especialmente o dos professores por estes desempenharem um trabalho num contexto de sociedade capitalista que o caracteriza pela exploração e alienação. Portanto os pressupostos teóricos que fundamentam nossa pesquisa estão alicerçados em **Marx** - dada à inegável contribuição de sua obra na análise das relações sociais de trabalho, engendradas no contexto capitalista de produção da vida material. Ancoramos nesse autor, nossas discussões sobre a exploração do trabalhador assalariado e a alienação a qual ele está submetido.

Combinando dados quantitativos e qualitativos sobre o multifacetado trabalho docente, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos

1. Levantamento do número de professores em exercício na Rede Municipal de Ensino de Palhoça, junto à Secretaria de Educação.
2. Identificação e levantamento do número de professores pertencentes ao quadro da Rede Municipal de Palhoça que estão afastados para tratamento, conforme dados obtidos junto à Secretaria de Educação e ao Departamento de Recursos Humanos daquela Prefeitura.
3. Realização de um estudo exploratório, utilizando depoimentos de professores e professoras acerca do trabalho docente.
4. Levantamento dos códigos das doenças - pelas quais os professores se afastam para tratamento de saúde - que são registrados nos laudos-médicos anexados às fichas funcionais de professores e professoras da Rede arquivadas no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Palhoça.
5. Pesquisa no livro CID (Código Internacional das doenças) para identificar as doenças pelas quais os professores e professoras se afastam para tratamento de saúde.

6. Realização de entrevistas semi-estruturadas com professores que se afastaram para tratamento de saúde, durante o período compreendido entre 2000/2002.
7. Levantamento do número de trabalhadores da educação sindicalizados, junto ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Palhoça (SITRAMPA).
8. Pesquisa documental do Estatuto, Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal de Palhoça.

O trabalho de coleta de dados foi realizado na Secretaria de Educação e nos arquivos do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Primeiramente, fizemos o **levantamento do número de professores** em exercício na Rede Municipal de Palhoça, pesquisando nos arquivos da Secretaria de Educação.

Num segundo momento, realizamos o **levantamento do número de professores afastados para tratamento de saúde**, foco de nossa investigação, ainda consultando os arquivos da Secretaria de Educação. Para obtermos os dados referentes ao número total de professores e professoras afastados da docência por motivo de saúde e para identificá-los entre os demais afastados por outros motivos, utilizamos o Livro de Registro das Licenças da Secretaria de Educação. Porém, como apenas o levantamento dos dados estatísticos sobre os afastamentos de professores mostrou-se insuficiente para definir o problema de pesquisa, realizamos - num terceiro momento - um **estudo exploratório** em que utilizamos depoimentos de alguns professores sobre a natureza do trabalho docente. Este estudo exploratório representou nosso primeiro contato com os docentes e serviu para direcionar a pesquisa, à medida que apontou alguns aspectos importantes a serem evidenciados para o andamento da investigação, uma vez que se relacionam à natureza do trabalho docente e suas condições de realização. Os professores que participaram desse momento da pesquisa pertencem ao quadro efetivo da Rede Municipal de Palhoça, atuando nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Foram entrevistados em novembro de 2002, durante uma reunião pedagógica, realizada numa das escolas da rede e, na ocasião, nossos entrevistados redigiram um texto sobre o *Trabalho Docente*.

Num quarto momento, já de posse da identificação e do número de professores e professoras afastadas para tratamento de saúde e utilizando a ficha funcional destes docentes - que se encontram nos arquivos do DRH da Prefeitura - fizemos o **levantamento do código das doenças** que levaram esses professores e professoras da Rede Municipal de Ensino de Palhoça a se afastarem da docência, considerando os casos de readaptação e licenças para tratamento de saúde. Esses registros não são encontrados na Secretaria de Educação, mas no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, nas pastas individuais dos professores.

De posse dos códigos das doenças, precisamos **pesquisar no livro da** Classificação Internacional das Doenças (CID), a fim de identificá-las.

Por último, realizamos **entrevistas semi-estruturadas** com 4 professoras - que se afastaram para tratamento de saúde no período que compreende os anos pesquisados, ou seja, 2000 a 2002 - acerca de suas vidas **BLS PDF Converter DEMO** e trabalho que realizam. Nessas entrevistas pudemos identificar aspectos referentes à rotina de professores (as), abrangendo não só a natureza do seu trabalho e suas condições de realização, como também a jornada de trabalho a qual estão submetidos, o sobretabalho, o trabalho doméstico e a sobrecarga de atividades da professora-trabalhadora. Os depoimentos foram importantes, porque forneceram elementos para que pudessemos compreender melhor a relação entre o trabalho que realizam e a sua saúde. Analisamos, ainda, o conteúdo do Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério Público Municipal, utilizando dados de censos do IBGE, consultas ao documento do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino e leituras de alguns artigos de jornais sobre a situação dos professores, relacionada às condições de trabalho e questões salariais.

1.3 Os obstáculos enfrentados na pesquisa

A pretensão, neste item, é expressar as dificuldades que enfrentamos quanto à obtenção de

informações necessárias ao encaminhamento do trabalho, o que nos fez perceber que a realidade investigada apresenta uma série de obstáculos que - sem a devida persistência e rigor - não conseguiríamos transpô-los. Cabe ressaltar que as dificuldades de obter as informações não se referem à liberação dos espaços para pesquisa, uma vez que tivemos livre acesso às fontes da Secretaria de Educação e da Prefeitura Municipal de Palhoça. A dificuldade diz respeito à estrutura organizacional do trabalho - existente na Secretaria de Educação do Município e no Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Prefeitura - que envolve desde a distribuição de tarefas e a organização do trabalho no setor até a forma de registro das informações.

Começamos pela escolha dos anos a serem pesquisados, - se é que pode ser chamada de escolha - pois, na verdade, foi uma imposição das condições reais determinadas à nossa pesquisa em decorrência da dificuldade em reunir os documentos de anos anteriores. O primeiro grande empecilho encontrado para reunir tais documentos concentra-se no fato de a Secretaria de Educação ter ocupado diferentes prédios - devido à realização de sucessivas mudanças de espaço físico - e parte dos documentos que pertencem ao arquivo morto permanecem em caixas, após as referidas mudanças, porque a falta de espaço não permite a organização necessária. A outra grande dificuldade encontrada refere-se à não-informatização dos registros de que necessitávamos para realizar nosso estudo, uma vez que estes registros foram feitos manualmente e a lápis em uma espécie de Livro Ata ou Livro Caixa. Em decorrência desses fatos, o trabalho do pesquisador fica subordinado à contagem manual para obtenção dos dados de que necessita. Diante desse quadro, não nos restou outra alternativa senão a de pesquisar, apenas, os anos 2000, 2001 e 2002, dos quais dispúnhamos de informações mais acessíveis.

O levantamento do número de professores em exercício na Rede Municipal de palhoça e do número de professores em licença demandou tempo e disposição para uma pesquisa no Livro de Registro da Secretaria, já que estas informações, também, não são informatizadas. Foi necessário efetuar, manualmente, os devidos cálculos para precisar o número de professores da rede e o número de professores afastados para tratamento de saúde e localizar as fichas individuais dos professores afastados, uma vez que estas se encontram nos arquivos gerais da Prefeitura e não são separadas das

fichas dos demais servidores. O arquivo é organizado por ordem alfabética sem discriminar os funcionários dos vários setores que compreendem o serviço municipal. Foi preciso ter a listagem com o nome dos professores afastados para localizar, no arquivo, a ficha funcional de cada um e poder verificar os laudos-médicos relativos às licenças.

Nas fichas individuais, além de outras informações, constam os laudos-médicos das licenças, entretanto, os nomes das doenças não aparecem, apenas os códigos. Após o levantamento dos códigos, precisamos recorrer ao Livro da Classificação Internacional das Doenças (CID), no Posto de Saúde, e pesquisar, de acordo com o código, o nome das doenças.

Nas tabelas que seguem, mostramos o número de professores atuantes na Rede Municipal de Palhoça. Inicialmente coletamos esses dados - relativos aos anos 2000 a 2002 - na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto (SMECD). Como não constavam os de 2003, resolvemos recorrer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura. Para nossa surpresa, os dados fornecidos não coincidem com aqueles obtidos na SMECD.

A tabela abaixo mostra o número de professores efetivos e Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) da Rede Municipal de Palhoça, nos anos pesquisados, segundo informações obtidas na SMECD.

Tabela 2 - Número de professores da Rede Municipal de Ensino, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Palhoça.

Situação funcional	2000	2001	2002	2003
Professor efetivo	177	211	423	415
Professor ACT	126	112	203	196
Total	303	323	627	611

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Palhoça.

Na tabela acima constam os dados fornecidos pela Secretaria de Educação quanto ao número de professores da rede. Esse número não corresponde aos dados fornecidos pelo DRH da Prefeitura, como podemos constatar na tabela abaixo:

Tabela 3- Número de professores da Rede municipal de Ensino de Palhoça, segundo dados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal

Situação Funcional	2000	2001	2002	2003
Professor efetivo	204	200	411	416
Professor ACT	55	192	74	182
Total	259	392	485	598

Fonte: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Palhoça.

Tal situação preocupou-nos bastante e suscitou algumas questões: o cálculo percentual do número de professores afastados para tratamento de saúde será feito com base em quais dados? Com os dados da Secretaria ou com os do Departamento de Recursos Humanos? Decidimos trabalhar com o número apresentado pelo DRH, tabela 4, devido ao seu maior controle sobre os vários setores da Prefeitura.

Nos números que apresentamos anteriormente, escondem-se os sujeitos de nossa pesquisa. Sujeitos que não escolhemos por acaso para realizar as entrevistas, mas pela incidência de doenças e número de afastamentos ocorridos nestes últimos três anos, que os levaram a se afastar de suas atividades em sala de aula, obrigando-os a executarem outras funções compatíveis com seu estado de saúde ou a permanecerem em casa até se restabelecerem. Logo, a escolha das quatro professoras entrevistadas obedeceu a dois critérios:

- a- O número de afastamentos para tratamento de saúde/ao ano
- b- A incidência das doenças nos últimos três anos

BLS PDF Converter DEMO

No entanto, ressaltamos que alguns professores com maior número de afastamentos não se dispuseram a ser entrevistados, por isso precisamos recorrer àqueles que, gentilmente, concederam-nos o privilégio de nos ouvir e serem por nós ouvidos.

Assim, entrevistamos quatro professoras, três das séries iniciais do Ensino fundamental e uma da Educação Infantil. Das quatro entrevistadas, apenas uma continua em sala de aula, e as demais exercem outras funções: duas como auxiliar de direção, e outra readaptada na secretaria de sua escola.

As professoras e professores dos quais estamos falando são aqueles que encontramos todos os dias com os braços carregados de livros e cadernos, bolsas a tiracolo e expressão fatigada. Professores com a voz desgastada pelo trabalho; mal alimentados, devido à falta de tempo e - às vezes - de dinheiro; cansados pela sobrecarga de trabalho - devida aos baixos salários; doentes pela intensificação de suas atividades.

O roteiro que estabelecemos para as entrevistas, teve como base os dados obtidos no estudo exploratório realizado, os quais dizem respeito à natureza do trabalho docente e às condições de sua realização e, ainda, os dados obtidos acerca dos afastamentos para tratamento de saúde, que identificam

as doenças pelas quais os professores se afastam da sala de aula para se tratarem.

BLS PDF Converter DEMO

OS PROFESSORES: TRABALHO E VIDA

Neste capítulo apresentaremos os depoimentos das professoras entrevistadas acerca do trabalho que realizam, na qualidade de trabalhadoras assalariadas da Educação.

Suas reflexões referem-se à natureza do trabalho docente quanto às suas condições de realização e, ainda, a questões relativas ao salário, jornada de trabalho, sobrecarga e intensificação do trabalho, trabalho doméstico, trabalho excedente e às formas de organização coletiva de enfrentamento dos problemas da profissão.

As professoras entrevistadas fazem parte do quadro efetivo da Rede Pública Municipal de Palhoça, todas têm mais de 30 anos de idade e mais de 10 anos na docência; são casadas; uma delas não tem filhos, e duas já são avós.

Quanto ao exercício da docência, cabe-nos salientar que apenas uma, das três entrevistadas, continua em sala de aula, e as demais exercem outras funções na escola, devido aos afastamentos para tratamento de saúde. Uma delas é da Educação Infantil, as outras três constituem o quadro de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. Com históricos de lesão na coluna, nas cordas vocais, problemas de pressão alta, depressão e asma crônica, essas professoras encontram-se, ainda, em tratamento das doenças que as afastaram da docência.

Nos depoimentos que seguem, percebemos alguns traços comuns no trabalho das professoras os quais revelam o caráter alienante do trabalho docente, em que o tempo da vida acaba subsumido ao tempo do trabalho. São professoras que se dividem entre o trabalho docente e o trabalho doméstico e que estendem as atividades escolares para dentro de suas casas, privando-as de sua vida em família. Trabalhadoras assalariadas, essas professoras travam uma luta diária para sobreviver e repartem seu tempo com planos de aula, cadernos, livros, diários e, ainda, com os afazeres domésticos. Elas falam de suas vidas e de seu trabalho, uma rotina dividida entre o dever fazer e o querer fazer. Uma vida que se resume ao estar na escola e o "levar a escola para casa" em forma de tarefas excedentes que não couberam dentro de sua hora-atividade - porque esta é tempo de menos para tarefas demais. Um trabalho que subsume a vida e que priva a professora de ser mãe, de ser filha, de ser tia, de ser irmã, de ser sobrinha, de ser avó, porque *o tempo da vida equivale ao tempo do trabalho*.

2.1 Quando o tempo da vida equivale ao tempo do trabalho

Exercendo a docência desde 1991 nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sempre como docente, esta professora que vem de família pobre conta que para se manter nos estudos, em especial no Curso de Magistério, faz faxina na casa das professoras. No início da atividade docente, trabalha meio período como professora e, no outro, também faz faxina ou trabalha na roça.

Considerando o trabalho docente maravilhoso, diz ter escolhido a docência como profissão por gostar muito de crianças, por sentir prazer no convívio com elas e poder ensiná-las. Apesar desse prazer - que afirma sentir como professora - não escolheu a **sobrecarga de trabalho** e a **baixa remuneração** dos docentes. Desanimada, manifesta sua indignação com as manifestações dos professores da rede, alegando que, apesar de sempre participar de todas, percebe a classe muito desunida e desarticulada nos movimentos reivindicatórios, pois apenas uma minoria participa. Por isso, nega-se a participar de tais movimentos. Ao referir-se à **sobrecarga de trabalho**, lembra que - quando em exercício da docência -, costuma ficar até de madrugada envolvida com **atividades de planejamento e correção**. Atividades que não realiza dentro da jornada de trabalho, pois teme ser injusta, se errar nas correções e prejudicar as crianças. Sendo assim, prefere analisá-las com calma, em casa. Sua **hora-atividade**, recreio e horário de almoço, segundo ela, são utilizados para aulas de apoio àquelas crianças que apresentam alguma dificuldade. Quando esses horários não são suficientes, costuma levar alunos até sua casa para a realização dessas aulas de apoio.

Casada e sem filhos, afirma que, mesmo com as constantes reclamações do companheiro, não deixa de realizar o trabalho da escola em casa, o que não a exime do **serviço doméstico**, pois o **baixo salário** não lhe permite a contratação de uma empregada doméstica e, muito menos, de diarista. Por isso, faz faxina na casa até às 2 ou 3 horas da manhã, sob o argumento de ser muito perfeccionista e de

exigir-se demais. Como ela mesma diz: *Queria tudo certinho, nada fora do lugar.*

Ainda na atividade docente, revela que **as visitas e os feriados a incomodam**. As visitas, por considerar que a fazem perder o tempo de estar realizando as atividades da escola. Os feriados, porque a deixam angustiada por considerar que nesses dias as crianças estão deixando de aprender. Do conteúdo do **Estatuto, Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal** diz conhecer pouco. Seu contato não é baseado num estudo do seu conteúdo, mas *por ouvir colegas falando neles ou por manuseá-los quando necessita de alguma informação.*

Hoje, pode-se dizer que é uma pessoa dependente de remédios. Com **fibromialgia, lesão nas cordas vocais, gastrite, úlcera, hérnia, varizes** (já foi submetida à cirurgia), e **depressão**. Tomando quatro tipos de antidepressivos, nossa entrevistada é contundente ao afirmar que suas doenças tiveram origem no trabalho.

A **lesão nas cordas vocais** é diagnosticada em setembro de 2000, ano em que é readaptada pela primeira vez, por 90 dias. No ano seguinte (2001), em fevereiro, fica afastada do trabalho docente por 15 dias, devido ao problema nas cordas vocais. Em fevereiro de 2002, inicia o ano letivo readaptada por 90 dias, também pela lesão nas cordas vocais. Em maio do mesmo ano, é readaptada por 180 dias em função da **depressão**. No mês de novembro, novamente em decorrência da lesão nas cordas vocais, é readaptada por mais 90 dias. Portanto, durante todo o ano de 2002, fica afastada da atividade docente para tratamento da **lesão nas cordas vocais** e da **depressão**.

Atualmente, com trinta anos de idade e treze de magistério, encontra-se fora da sala de aula exercendo a função de auxiliar de direção, com carga horária de 40 horas semanais, estratégia encontrada para fugir da readaptação que, segundo ela, é fator de discriminação por parte de colegas. Sente-se magoada pela desvalorização do professor *que foi vencido pela doença*, afirmando que professores doentes, mesmo com atestado-médico, são taxados de malandros por alguns profissionais da escola, principalmente por aqueles que estão dentro de sala de aula, exercendo funções docentes.

Mostra-se arrependida por ter se desgastado tanto: por não ficar em casa quando estava em licença-médica; por não se alimentar direito; por viver em função dos alunos e, principalmente, *por não*

ter parado com tudo quando o corpo pediu. Pensa que poderia ter ensinado às crianças sem prejudicar sua saúde e, por isso, é enfática ao dizer que *aquela A. morreu.* Nas suas palavras: *Eu esquecia que era ser humano,* fator a que atribui a precariedade de sua saúde hoje.

2.2 Professor: entre o sacerdócio e o profissionalismo

Mesmo com o sonho de ser psicóloga ou assistente social, não consegue escapar do desejo do pai - também professor numa escola de Araranguá que hoje tem o seu nome - de que todas as filhas sejam professoras. A opção pelo magistério é motivada: pela influência da família, pela facilidade de acesso ao estudo, pela garantia de emprego, por gostar de crianças, por considerar que tinha **vocação** e, também, pelo fato de o professor - naquela época - ser considerado como **autoridade**. Entretanto, afirma que, mesmo sendo considerado como autoridade, o professor há tempos sofre com os **baixos salários**.

Casada, mãe de três filhos e avó de duas meninas. Com 54 anos de idade e trabalhando há 18 anos no magistério, é professora da Educação Infantil de uma das maiores escolas da Rede Municipal de Palhoça e aluna do Curso de Pedagogia à Distância.

Sua trajetória profissional tem início no ano de 1962, quando, aos 13 anos de idade, trabalha numa loja, sem carteira assinada. Em 1969, após a conclusão do Curso de Magistério, vai trabalhar na Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). Por estar solteira - exerce o cargo de Extensionista Doméstica Rural, pois, devido às viagens próprias do trabalho, não aceitam mulheres casadas para essa função. Com o casamento, muda-se para São Paulo, onde nasce seu

primeiro filho, e onde trabalha na FINADISA. No ano de 1990, volta para Florianópolis e presta concurso na área da saúde mas não é chamada. Data daí seu ingresso no magistério, como professora Admitida em Caráter Temporário (ACT), nas disciplinas de Religião, Artes, Ciências e Educação Física, atividades que exerce por aproximadamente 10 anos. Nesse mesmo período, trabalha na rede particular de São José e Palhoça, atuando na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. No ano de 1997, ingressa, por meio de concurso, na Rede Pública Municipal de Palhoça como professora na Educação Infantil.

Define o professor como responsável pela transmissão de conhecimento, apontando que, além disso, este profissional precisa ser pai, mãe, enfermeiro e, acima de tudo, precisa se doar. Quanto ao **trabalho docente**, deixa claro, que este se faz por uma atividade que transpõe o espaço escolar, à medida que o professor realiza tarefas de planejamento, correção e avaliação em casa. Ressalta, porém, que o trabalho com alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, exige muito mais do professor do que o trabalho com crianças da Educação Infantil. Diz isso, baseada na sua experiência nos diferentes níveis de ensino.

Além disso, revela as dificuldades que o professor vem enfrentando com as crianças, originadas da falta de limite. Citando o **Estatuto da Criança e do adolescente**, mostra-se preocupada com o **excesso de direitos** e com a má **influência da televisão** na educação das crianças. Também aponta como dificuldade a relação com os colegas de trabalho, a falta de um bom **relacionamento** dentro da instituição. Alguns professores são tratados como intrusos, são humilhados, e outros são protegidos por serem indicados por políticos do Município. Outra dificuldade apontada é a **falta de cursos de capacitação**. No entanto, deixa claro que: *é preciso que o professor queira, seja mais ágil, tenha mais vontade de trabalhar e fazer seu trabalho com amor e carinho*. Pensa que o desinteresse do professor e a falta de vontade de trabalhar estão associados aos **baixos salários**. Relata a dificuldade que o docente tem em conciliar trabalho e família. Exige-se do professor a participação em encontros e reuniões, fora da jornada de trabalho, obrigando-o a deixar de estar com a família.

Quanto a sua participação em manifestações, revela que sempre participou e ainda participa dos

movimentos de reivindicação por melhores salários e condições de trabalho. No entanto, não conhece o conteúdo do Estatuto do Magistério.

Atualmente, por ser portadora de **asma severa** e de **lesão nas cordas vocais**, está **readaptada** na secretaria da escola, desde 2000, como auxiliar de coordenação. Na atual função, atende pais, alunos e professores; organiza eventos; elabora cartazes e murais; tira cópias no mimeógrafo e presta ajuda aos professores em algumas atividades. Entretanto, mesmo tendo consciência de que está impedida de voltar a exercer a docência - devido aos seus problemas de saúde - pensa que, ainda, tem muito a contribuir como professora e expressa grande desejo de voltar à sala de aula.

Conta que seu primeiro afastamento da sala de aula para tratamento de saúde acontece em abril de 2000, quando é readaptada por problemas respiratórios: **asma severa**. São 180 dias em abril e 180 dias em setembro do mesmo ano. Em 2001, permanece o ano todo **readaptada** pelo mesmo motivo. Em fevereiro de 2002, é readaptada por **problemas cardíacos**, por 180 dias, em decorrência de seus problemas respiratórios. No mesmo ano, tem **depressão**, o que lhe afasta da escola por mais 150 dias.

No que se refere aos afastamentos para tratamento de saúde, afirma que os motivos são emocionais, pois estão relacionados a seu sofrimento, devido aos problemas familiares e cita o caso do filho mais velho, que sofre de esquizofrenia. No entanto, admite que as exigências e cobranças no ambiente de trabalho contribuem muito para o agravamento dos problemas de saúde. Afirma, inclusive, que é muito difícil para o professor doente estar fora de sala. Sente-se **inútil** pelo fato de as pessoas acharem que o professor afastado para tratamento de saúde não está doente, mas arruma um *jeitinho* de estar fora de sala. Por isso, julgam-no de **malandro**. São olhares e brincadeiras que expressam essa concepção e que fazem com que tenha vontade de voltar para sala - como estratégia de fuga dessa situação constrangedora - mesmo sem condições de exercer tal atividade.

A respeito da permanência na profissão, argumenta que o professor resiste - apesar das **condições de trabalho**, dos **baixos salários** e da **sobrecarga de trabalho** - por não ter opção e porque o campo de trabalho está se restringindo, não há emprego. Porém, considera que o professor, às vezes, se acomoda.

2.3 Um projeto, um sonho, uma utopia: o professor vive de esperança

Dividindo a docência com o trabalho doméstico e a faculdade, a professora de 32 anos, há 14 no magistério - distribuídos entre o Ensino Fundamental e Médio - conta que sempre foi professora.

Atualmente, trabalha na Rede Municipal de Palhoça, exercendo suas funções nas séries iniciais da Educação Infantil no período vespertino; e, no período matutino, exercendo a função de Chefe da Secretaria da Cultura, em cargo comissionado, na Prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz. Também tem experiência com turmas de 5ª a 8ª série, no ensino de Artes e Geografia, com as quais trabalhou pelo período de 8 anos, e como professora de inglês para alunos do Ensino Médio por um ano. Durante 8 anos como professora Admitida em Caráter Temporário (ACT) , teve sua efetivação concretizada na Rede Pública Municipal de Palhoça, há 4 anos.

Sua rotina diária é árdua. Acorda às 6 h e 30min, todos os dias para estender a roupa, arrumar os quartos, encaminhar almoço, preparar o café da manhã e, só depois, sair para seu primeiro emprego. No final do primeiro expediente, volta para casa e termina de fazer o almoço, mal limpa a cozinha e sai novamente para trabalhar. A limpeza da casa é concluída no final do dia. Para o lazer, resta-lhe o domingo à tarde, pois passa o sábado inteiro, faxinando a casa. Isso quando não há missa no domingo à noite, porque se houver, precisa preparar a leitura, pela qual é responsável. Também costuma fazer artesanato: pintura em madeira e confecção de guirlandas.

Ao referir-se aos 4 anos em que trabalhou na Rede Pública Municipal de Palhoça, menciona as dificuldades de trabalhar com a escassez de recursos para materiais de apoio, livros didáticos e, até, para o transporte de seus alunos para realizar aulas-passeio. Reclama que não há suporte para inovar as aulas.

Além disso, aponta o **baixo salário** pago ao professor da rede (R\$ 180,00 líquidos), como o

motivo principal que a leva a pensar que desistir das suas 20 horas como professora seja a alternativa viável para que possa *estar com os filhos, pra estar convivendo, para estar vivendo*. Por isso, aguarda ansiosa a chamada de um concurso para professora, que fez num município vizinho para desistir da Rede Municipal de Palhoça. Argumenta, dizendo que não compensa sair todos os dias de casa - gastar com gasolina para a moto, submeter-se à longa jornada, ao corre-corre - e não ter respaldo. Além do baixo salário, também se queixa das **condições de trabalho**.

Sobre estas, nossa entrevistada nos diz que o professor da rede obriga-se a trabalhar com turmas muito grandes num espaço que não comporta tal número de alunos; a jornada de trabalho mínima se constitui de 40 horas em sala de aula; a alimentação é inadequada para sustentar a correria de uma instituição a outra; pais que cobram demais e apóiam as crianças, ficando contra o professor; alunos indisciplinados e sem-limites; as conseqüências geradas pela aprovação de alunos que não sabem ler, escrever e contar; pais que delegam a responsabilidade de educar ao professor sob o argumento de que não sabem mais o que fazer com seus filhos; o professor - sensibilizado com o descaso de algumas famílias - acaba assumindo tarefas que não são de sua responsabilidade; convivência com crianças vítimas da violência doméstica física e/ou sexual, além de envolvimento com drogas lícitas e ilícitas; falta constante dos professores de Artes e Educação Física com os quais divide a turma, pois isto se constitui como sua hora-atividade; falta de livros didáticos e materiais de apoio; falta de apoio por parte da direção; falta de suporte técnico dos pedagogos da secretaria Municipal de Educação que não contribuem com o trabalho do professor, apenas apontam erros sem apresentar sugestões ou discussões produtivas; a necessidade de aulas diferentes para atrair a atenção do aluno que tem na mídia imagens coloridas e atraentes; o relacionamento com colegas de trabalho, muitas vezes difícil e desgastante; um ambiente permeado por fofocas, intrigas, disputas, inveja, desentendimentos e conflitos que acaba interferindo na vontade de estar na escola trabalhando; e, por último, a realidade protecionista determinada pela marcante influência de políticos na distribuição de cargos e locais de trabalho, o que permite que alguns "profissionais" não cumpram horário ou recebam o contra-cheque sem trabalhar.

Sobre a **natureza do trabalho docente**, enumera algumas atividades específicas do professor:

preparação de aulas, selecionando textos e materiais de apoio, elaboração de exercícios; desenvolvimento de projetos e realização de correções. Atividades que, na maioria das vezes, são realizadas em casa, pois a **hora-atividade** não é suficiente para dar conta de tudo, principalmente quando os professores de Artes e Educação Física faltam ao trabalho.

Considerando-se perfeccionista, detalhista e exigente consigo mesma, diz que, trabalhando sob estas condições, tem sua **saúde** afetada. Sentindo-se ansiosa, come sem parar, o que contribui para aumentar seu peso que, segundo ela - atrelado aos movimentos de abaixar e levantar na sala de aula para atender alunos nas carteiras - causou-lhe um sério **problema de coluna**, desencadeado em 2002, exigindo um tratamento fisioterápico de 38 dias. Nesse mesmo ano, também descobre sua **lesão nas cordas vocais**, pólipos nas cordas vocais, sendo readaptada por 180 dias. Após esse período, submete-se à cirurgia nas cordas vocais para retirada do pólipo, permanecendo mais 60 dias fora de suas funções, em casa. No ano 2006, é submetida a uma **cirurgia plástica** devido a problemas de infecção, motivando-lhe 90 dias de licença para tratamento de saúde. Sobre os tratamentos indicados pelo médico, fisioterapia e fonoterapia, diz ser muito difícil arranjar tempo para fazê-los. *O mal do professor (...), a gente que se dedica muito (...) pensa muito no aluno e esquece de ti (...) eu não concordava em estar faltando à aula.* Esta declaração, evidencia a angústia da professora da Rede Municipal de Palhoça. Taxada de malandra, conta que os professores doentes acabam optando por trabalhar, como forma de evitar humilhações, piadinhas por parte dos colegas de trabalho e da própria Secretaria de Educação. *Parece que se tu tiveres uma cicatriz, se tiver jorrando sangue, aí tu podes pegar atestado. Senão, não podes.*

Afirmando gostar demais da docência, não descarta a possibilidade de mudar de profissão. Mesmo concebendo o **professor** como mediador de uma relação em que tanto ele quanto o aluno aprendem e mesmo considerando o trabalho gratificante, ainda assim, pensa em trabalhar como supervisora escolar, porque sente falta de alguém que contribua com seu trabalho, apresentando sugestões, orientando.

é contundente ao afirmar que pedagogos da Secretaria Municipal de Educação não conseguem

dar esse suporte *porque não estão vendo a realidade. E, no momento em que eles quiseram ir às salas, eles não foram lá pra nos apoiar, pra trazer idéias. Eles foram para questionar a forma como eu estava trabalhando no quadro, a forma como chamava atenção do aluno. Pra olhar planinho. Não é isto que a gente quer. A gente quer é um apoio, um reforço, uma ajuda, idéias novas!*.

Lembra, também, que o docente é ponto de referência e apoio das crianças. Por isso, o envolvimento emocional é inevitável, e o professor acaba interiorizando seus problemas, suas angústias e ansiedades, seus medos. Aponta as **condições de trabalho** - enumeradas anteriormente - a **ansiedade** gerada, a **sobrecarga de trabalho** e o abalo **emocional** como responsáveis por seus problemas de saúde.

Consciente de que é preciso conhecer o **Estatuto do Magistério**, não nega seu desconhecimento sobre o conteúdo do mesmo, contudo nunca deixa de participar das manifestações organizadas pela categoria, mesmo com a repressão da direção que se mostra contrária à participação, principalmente quando o professor faz alguma denúncia sobre profissionais da escola. No entanto, não esconde um sonho: *É claro que é um projeto, um sonho, uma utopia (...) mas, o certo seria o professor ganhar bem, trabalhar meio período com aluno e, meio período de hora-atividade na mesma escola. Daí seria uma coisa mais concreta a ser feita para melhorar a nossa educação.*

Diz que, além do amor à profissão, o que a segura na atividade docente é a estabilidade da efetivação e a esperança. A esperança de melhorar um pouco mais. *Porque o professor vive de esperança.*

2.4 Do sonho à realidade concreta

O sonho de ser enfermeira é abandonado com o casamento. Mesmo não sendo sua primeira

opção de carreira, o magistério passa a ser a única possibilidade de continuar os estudos e de ter uma profissão.

Há 22 anos na educação - 20 deles dedicados ao exercício da docência - conta que, nestes 2 últimos anos, exerce a função de diretora da escola em que trabalha, por solicitação sua ao Secretário da Educação, como forma de fugir da **readaptação**.

Mesmo tendo consciência do **baixo salário** (R\$ 598,00) por 40 horas, na direção - o que não lhe permite comprar livros, realizar cursos de capacitação, pagar uma empregada doméstica para eximir-se do **serviço doméstico** e da correria e **da sobrecarga de trabalho** - não pensa em mudar de profissão por considerar que ser professor é gratificante, uma vez que *o professor pega uma criança sem saber nada e a ensina, ajuda a formá-la para que seja alguém no futuro*.

Ao abordar a **natureza do trabalho docente**, aponta algumas atividades inerentes a ela, tais como, o planejamento das aulas, correções de atividades e provas - que são realizadas apenas em casa - *porque até o ano 2000, o professor das séries iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Palhoça não divide a turma com outros professores*. Conta que muitos dos seus finais-de-semana e de suas noites são usados para correções de atividades de alunos e planejamento das aulas. Acrescenta que o trabalho de professora interfere na sua vida particular, pois, inúmeras vezes, deixa de sair de casa e de brincar com os filhos ou de dar atenção a eles em função dessas atividades da escola. Entristecida, lembra que os filhos acabam ficando para depois, porque o trabalho da escola sempre vem em primeiro lugar, pois é necessário dar conta de tudo. Quanto ao trabalho doméstico, relata a correria para dar conta da casa. Atualmente, morando em frente à escola, levanta cedo e faz tudo o que pode. No horário de almoço, vai correndo para casa e faz comida, ajeita as camas que ficaram por fazer, lava roupa e tenta limpar o resto da casa. Sobre o tempo para o lazer - agora que está fora de sala - consegue visitar amigos ou ir ao *shopping* no domingo à tarde com o marido e o filho de 8 anos, porém ressalta que isso é algo esporádico e bem difícil de acontecer.

Aos 48 anos de idade, casada, mãe de 6 filhos e dividindo o tempo de trabalho na escola com o trabalho doméstico e o curso de Pedagogia à Distância - o que totaliza uma jornada de

aproximadamente 60 horas semanais de trabalho - encontra-se com sérios problemas de **saúde**. Portadora de **lesão nas cordas vocais**, e sem conseguir se livrar da **depressão**, diz que seu afastamento de sala acontece no ano 2000, quando é diagnosticado seu estado de **ansiedade e dor torácica**. Estado de saúde que atribui à morte de um irmão num acidente de carro, o que lhe motiva 9 meses de readaptação nesse ano. Em 2001, devido à **lesão nas cordas vocais**, fica afastada da sala de aula, permanecendo readaptada, na escola, por 120 dias. São dois grandes cistos que lhe causam uma **rouquidão permanente**. Um **Stress grave** também a afasta da escola por 23 dias e, em virtude do **transtorno obsessivo compulsivo**, fica mais 180 dias readaptada. Relata que, além da **depressão** e da **lesão nas cordas vocais**, vem apresentando alterações na **tireóide** e também problemas de **pressão**.

Sobre a origem de seus problemas de saúde, afirma que seu estado **emocional** contribui para o agravamento da situação, mas considera que a **sobrecarga de trabalho**, a vida corrida e o trabalho em sala de aula também contribuem para o agravamento desses.

2.5 Do singular ao plural

As trajetórias singulares das quatro professoras expressam a realidade de um número crescente de trabalhadores na educação que vive a contradição da positividade e da negatividade do trabalho.

A contradição reside nessa relação paradoxal do trabalho docente. De um lado, as professoras manifestam sua satisfação com os resultados obtidos e, prazer pela convivência com as crianças, pois afirmam que isso é gratificante. Por outro lado, revelam a realidade do trabalho: as precárias condições para realizá-lo, a má-remuneração, as exigências da profissão, a sobrecarga de trabalho e as implicações que isso traz à sua saúde.

Acerca do acima exposto, consideramos pertinente destacar alguns estudos sobre as condições

de trabalho e a situação de professores (as) no Brasil, desenvolvidos nos últimos anos.

O primeiro estudo nacional sobre saúde e trabalho de professores brasileiros foi realizado em 1999, resultado de uma parceria entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília (LPT - UnB). O estudo analisa o sofrimento psíquico do trabalhador da educação que não é reconhecido pelo investimento no trabalho. Trata-se de uma pesquisa sobre as condições de trabalho e a saúde mental de trabalhadores em educação que resultou num livro cujo tema central é a *Síndrome de burnout*. Esta Síndrome tem afetado profissionais que atuam em atividade cujo envolvimento com o público é direto, como é o caso das atividades exercidas por: médicos, psicólogos, enfermeiros, policiais, agentes penitenciários e professores.

Em outubro de 2003 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) publica o resultado de uma pesquisa realizada em âmbito nacional, em que apresenta as *Estatísticas de Professores no Brasil*. Nesta pesquisa, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - e do próprio INEP, são levantados dados sobre os professores que envolvem: formação, mercado de trabalho, escolaridade do professor, remuneração (salários, gênero e formação continuada) e condições de trabalho. Por meio dessa pesquisa foi constatado que:

- a- Houve redução do número de professores leigos atuando na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.
- b- Cresceu o número de alunos com ingresso em cursos de licenciaturas e concluintes
- c- Os salários dos professores são muito baixos e, por isso, há necessidade de política progressiva e consistente de melhoria salarial.
- d- O magistério oferece os piores salários.
- e- A metade dos professores de Matemática e de Português assume jornada acima de 30 horas semanais.
- f- Mais de 15% das turmas de 1ª a 4ª série tem mais de 30 alunos e no Ensino Médio, mais

de 40 alunos.

- g- Quase metade dos professores leciona em escolas sem biblioteca e laboratório.
- h- Por último, a constatação de que há necessidade de escola de qualidade. Essa escola prevê: professores qualificados, salários justos, jornada de trabalho com dedicação exclusiva, melhoria das condições de trabalho.

A pesquisa do INEP de outubro de 2003 - no que se refere ao número de alunos com ingresso em licenciaturas e concluintes (analisado o período 1991/2002) - revela que houve um incremento de concluintes. Porém, constata, que as disciplinas de Química e Física constituem-se como áreas críticas, uma vez que o número de licenciados nessas está muito abaixo do que seria necessário para atender à demanda estimada para 2006. Considera, ainda, o fato que nem todos os concluintes com licenciatura atuam, necessariamente, como professores.

BLS PDF Converter DEMO

Essa pesquisa traça estimativas sobre a demanda de docentes para o ano de 2006, baseando-se no quadro apresentado em 2002 do qual se depreende que: o incremento das matrículas em creches sugere que deverão ser contratados, pelo menos, cento e sete mil (107.000) novos professores para atuarem nesse nível de ensino; a Pré-escola, por sua vez, deverá contratar trinta e dois mil (32.000) novos docentes. Fato semelhante ocorrerá com as séries finais do Ensino Fundamental e com o Ensino Médio. A previsão é de que sejam contratados novos professores para atuar nesses níveis: cerca de noventa e oito mil (98.000) para 5ª a 8ª séries e cento e vinte e cinco mil (125.000) para o Ensino Médio. No entanto, para as turmas de 1ª a 4ª séries - devida a expectativa de redução das matrículas - é esperada a redução de cento e cinquenta mil (150.000) postos de professores em 2006. Provavelmente, esses professores serão remanejados para outros níveis de ensino, possivelmente, para a Educação Infantil.

Outro importante trabalho nacional é a pesquisa *Retratos da Escola*, iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em parceria com o Laboratório de Psicologia do Trabalho (LPT) da Universidade de Brasília (UnB). A mesma parceria que concretizou o

livro "Educação: carinho e trabalho", organizado por Wanderley Codo.

Em *Retratos da Escola 3*, o relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores (as) da Educação Básica revela que a maioria dos educadores:

- a- é mulher
- b- tem entre 25 e 59 anos de idade
- c- é casada ou tem companheiro
- d- é sindicalizada, segue uma religião
- e- é simpatizante de algum partido político, mas não é filiada
- f- tem habilitação adequada ao cargo ou à função que exerce
- g- trabalha na rede estadual
- h- tem de 12 a 18 anos de serviço
- i- trabalha em média 8 horas semanais em casa
- j- dedica 11 a 20 horas semanais a trabalhos extras
- k- ocupa-se sozinha de tarefas domésticas
- l- quase não vai a teatro ou a cinema
- m- não tem computador
- n- o acesso à Internet é muito restrito e igualmente limitado a fins profissionais.

O primeiro relatório de *Retratos da Escola 2*, sobre condições de infra-estrutura das escolas, revela que as condições de infra-estrutura das escolas nas redes municipais são piores, em todos os quesitos. Além disso, a pesquisa revela, em seu segundo relatório, que as escolas e os professores não participam da elaboração de propostas destinadas à educação, ocorrendo imposição de projetos para as escolas.

Nas pesquisas nacionais sobre o trabalho docente, é unânime a constatação de que o professor é mal-remunerado e trabalha sob condições precárias. Outros aspectos são considerados relevantes nessas pesquisas, tais como: a realização do trabalho doméstico pela professora, a longa jornada de

trabalho, a sobrecarga e, ainda, as condições de infra-estrutura que são piores nas redes municipais de educação, o que não diverge dos depoimentos das professoras que entrevistamos sobre a natureza de seu trabalho e de suas condições de realização.

Afinal, em que consiste o trabalho docente? Sob que condições professores (as) realizam seu trabalho?

3 A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE

Ao apresentarmos os depoimentos das professoras entrevistadas sobre o trabalho que realizam, evidenciamos algumas categorias com as quais trabalharemos nos próximos capítulos: trabalho docente; condições de trabalho; jornada de trabalho; salário; sobretrabalho ou trabalho excedente; trabalho doméstico; e formas de organização coletiva.

Neste capítulo, nossa proposta é discutir a natureza do trabalho docente e suas condições de realização, bem como evidenciar as concepções de trabalho docente e condições de trabalho, com as quais vimos dirigindo nossa discussão.

Iniciamos a reflexão acerca a natureza do trabalho docente a partir da concepção de Marx sobre o caráter do trabalho na sociedade capitalista, visando compreender as semelhanças e diferenças existentes entre o trabalho dos professores e professoras com o dos demais trabalhadores. Apresentamos nossa concepção de trabalho docente, confrontando-a com o que diz o Estatuto do Magistério da Rede Municipal de Palhoça. Por fim, abordamos questões relativas às condições de

trabalho, abrangendo jornada de trabalho, salário, trabalho doméstico, trabalho excedente, idealização do trabalho docente e formas de organização coletiva.

3.1 A concepção de trabalho docente: o professor como trabalhador assalariado

O trabalho do professor apresenta especificidades que o diferencia daquele realizado pelos demais trabalhadores. Entretanto, não podemos negar que o trabalho docente, em sua essência, assemelha-se ao dos demais trabalhadores. Por isso, consideramos a necessidade de refletir sobre alguns aspectos referentes às relações sociais capitalistas para melhor compreender o que, de fato, ocorre com os trabalhadores em geral e que envolve também o professor, para podermos tratar das especificidades inerentes ao trabalho docente.

Mas, afinal, o que é trabalho?

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1994, p. 202).

Nesta concepção de trabalho humano, a relação homem-natureza que objetiva a apropriação dos recursos que ela oferece para benefício do próprio homem, a fim de satisfazer-lhe necessidades e de criar valores de uso, é o que caracteriza a dimensão concreta do trabalho, determinante do fundamento ontológico, base da omnilateralidade humana. Está claro, portanto, que não estamos nos referindo, aqui, ao trabalho assalariado - alienante e fetichizante - na sua dimensão abstrata, conforme se dá na forma de organização da sociedade capitalista.

Ao referir-se à sociedade capitalista, Marx afirma que a riqueza das sociedades regidas pelo modo de produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadoria, e a mercadoria,

isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza (1994, p. 41).

Dessa forma, na sociedade capitalista, essa mercadoria não é produzida apenas por representar a satisfação de necessidades que garantam a subsistência humana, pelo seu valor-de-uso. Contraditoriamente, ela é produzida pelo potencial gerador de riqueza que representa para o capitalista, pelo seu valor-de-troca.

De acordo com Marx,

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (1994, p. 44/45).

Sendo assim, o trabalho realizado na sociedade capitalista é *trabalho abstrato* necessariamente, aquele gerador de mais-valia, produtor de riquezas ao capitalista que - na condição de detentor dos meios de produção - obriga o trabalhador a vender sua *força de trabalho*. Marx (1997, p. 187) compreende por força de trabalho ou capacidade de trabalho, como ele próprio denomina, o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

O capitalista, possuidor de dinheiro, consome a *força de trabalho* vendida pelo trabalhador que produz, por determinação do capitalista, *valores-de-uso* que acabam subsumidos no *valor-de-troca* da mercadoria. O *trabalho concreto* produtor de coisas úteis ao homem, fica, portanto, subsumido ao *trabalho abstrato*, produtor de valores de troca.

A partir dessa análise de Marx, é possível identificar que a sociedade capitalista se mantém por meio do *trabalho abstrato*, produtor de mais-valia, alienante, fetichizante e embrutecedor, no qual o *trabalho concreto* se encontra subsumido. Caracteriza-se, portanto, um processo em que o trabalhador produz coisas das quais não consegue usufruir, pois o valor de seu trabalho (salário) não lhe permite participar do que é socialmente produzido. Portanto, é a realização de *trabalho alienado*. Pois, como diz Marx:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais

barata quanto maior o número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (2002, p. 111).

No Manifesto comunista (1980, p. 24), Marx e Engels evidenciam que a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. O trabalhador, na sociedade capitalista, vende sua força de trabalho ao capitalista, em troca de dinheiro. Sua força de trabalho transforma-se, portanto, numa mercadoria que ele vende para viver. "Porque o salário não é, senão, o nome particular dado ao preço da força de trabalho" (1963, p. 22-23).

O trabalhador é, dessa forma, explorado pelo capitalista e se constitui como trabalhador assalariado, como aquele que vende sua capacidade de trabalho para sobreviver. E não é isso que o faz toda a massa de trabalhadores da sociedade capitalista, inclusive o professor?

O professor é, também, trabalhador assalariado e, como tal, vende sua força de trabalho para sobreviver. Embora "todo trabalhador produtivo seja assalariado, e nem todo assalariado seja um trabalhador produtivo" (MARX, 1985, p. 111), tratamos do professor como trabalhador assalariado sem a pretensão de discutir se é trabalhador produtivo ou não. Entretanto, considerando-o como trabalhador assalariado, evidenciamos aspectos do seu trabalho que revelam a dimensão da alienação expressa no trabalho docente.

Dos depoimentos das professoras entrevistadas, podemos retirar elementos que contribuem para essa análise. A insatisfação das professoras para com o trabalho realizado é percebida na relação paradoxal entre insatisfação/gratificação, a qual abordaremos com maiores detalhes ainda neste capítulo, no item sobre a idealização do trabalho docente. Outro aspecto que consideramos para evidenciar a dimensão alienada do trabalho de professores (as) - em que o trabalho torna-se exterior ao (à) professor (a) - refere-se às formas de controle externo do seu trabalho, as quais são abordadas também neste capítulo, no item que trata das exigências burocráticas e expectativas da sociedade relacionadas ao trabalho do professor no contexto das relações capitalistas de produção.

A alienação do trabalho, lembra-nos Marx (2002, p.114) consiste no fato de que o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no

trabalho, mas nega-se a si mesmo à medida que não se sente bem trabalhando - pelo contrário, sente-se infeliz por não desenvolver de forma livre as suas energias físicas e mentais. Esgota-se física e espiritualmente, sentindo-se fora de si no trabalho e, em si, fora dele. Por isso é que o trabalho que realiza assume o caráter de trabalho imposto, de trabalho forçado, uma vez que deixa de ser voluntário. É trabalho alienado.

As relações capitalistas de produção constituem-se, dessa forma, como fonte de exploração da força de trabalho por meio do prolongamento da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho, do salário, do sobretrabalho ou trabalho excedente e das precárias condições sob as quais o trabalhador exerce sua atividade.

Uma atividade que o consome e que exige dele repeti-la sempre "sob as mesmas condições de força e saúde" (MARX, 1994, p. 191). Uma questão parece-nos relevante: como manter as mesmas condições de força e saúde sob condições precárias de trabalho, longa jornada de trabalho, quando o tempo da vida confunde-se com o tempo do trabalho?

Marx (1994, p. 533), referindo-se às condições de trabalho na manufatura moderna inglesa, indica que "são evidentes os efeitos sobre a saúde dos trabalhadores". Um trabalhador submetido a um trabalho que subsume sua vida, expropria-o de sua condição humana, torna-o infeliz, nega-o a si mesmo, tem sua saúde afetada, na medida em que o trabalho realizado não permite que exerça livremente suas energias físicas e mentais.

A lógica capitalista de exploração e alienação no trabalho permanece a mesma. Porém, para se manter como forma de organização social, o capital utiliza-se de diferentes roupagens, nos diferentes momentos históricos. Dessa forma, o mundo do trabalho vem sofrendo constantes transformações que devem ser analisadas para que possamos compreender que o trabalhador em geral e, inclusive, o professor, vem sofrendo as consequências dessas metamorfoses.

Como lembra Ricardo Antunes (2000, p. 23), o mundo do trabalho na contemporaneidade, caracterizado por significativas transformações, vem se apresentando mais heterogêneo, fragmentado e complexificado.

Percebemos a precarização do trabalho por meio do aumento dos contratos temporários de serviços, pela terceirização do trabalho, pelo crescimento do "mercado informal" - que vem crescendo como consequência do desemprego e que leva milhões de pessoas no mundo inteiro a buscar diferentes alternativas de sobrevivência. Assim, é muito comum encontrar pessoas que exercem formas alternativas de trabalho para não serem condenadas à fome, sujeitando-se às exigências do capitalismo contemporâneo. Contingente elevado de pessoas está trabalhando sem carteira assinada, não podendo contar com décimo terceiro salário, férias, licenças de saúde, assistência médica, enfim, sem garantia nenhuma, inclusive, de aposentadoria.

Além disso, podemos presenciar a flexibilização das leis trabalhistas, que submete o trabalhador à perda de direitos - conquistados com imensas lutas, ao longo da história - e que imprimem algumas garantias de sobrevivência. Presenciamos, também, a flexibilização da produção e, ainda, a intensificação do trabalho. O trabalhador vive um momento de intensificação dos ritmos e processos de trabalho que contrariam as teses que propugnam o fim do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 159). Contrariamente ao que pregam os defensores da ideia do "fim do trabalho", assistimos hoje a um quadro que revela não a visão apocalíptica do trabalho, mas sua intensificação. Com as atuais formas de produção da riqueza, com os serviços terceirizados, com os baixos salários e com o desemprego o trabalhador é obrigado a submeter-se a uma jornada desumana de trabalho, na grande maioria das vezes sob condições precárias, para simplesmente sobreviver.

Nesse contexto, assim como os demais trabalhadores, os (as) professores (as) também estão sendo afetados pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, tais como, a perda de direitos, desmobilização da classe para movimentos grevistas e a intensificação do trabalho.

O professor, como os demais trabalhadores, também vende sua força de trabalho em troca de salário. O professor é trabalhador assalariado. Essa é a concepção de trabalho docente que fundamenta nossas reflexões.

Outros aspectos também podem ser levantados para identificar as semelhanças entre professores (as) e os demais trabalhadores (as), tais como, os contratos temporários de trabalho. Muitos

professores, trabalhadores assalariados, são contratados temporariamente, como é o caso dos professores ACTs que compartilham, com os demais trabalhadores da sociedade, o sentimento de insegurança gerado pela instabilidade, pelo não-saber se, no próximo ano, terão emprego. Os professores considerados substitutos, na maioria das vezes, constituem praticamente 50% do quadro de algumas redes de ensino, como mostram os dados levantados em Palhoça, no ano de 2001, onde aproximadamente 50% dos professores do Município são Admitidos em Caráter Temporário. É importante mencionar que professores ACTs não usufruem os mesmos direitos dos professores efetivos, pois são regidos por uma lei própria.

Não há dúvida de que as relações sociais geradas pelas formas históricas de trabalho e as mudanças que elas engendram no atual contexto social afetam trabalhadores em geral - incluindo os (as) professores (as) que também são atingidos (as) pela transformação nas relações de trabalho que exige deles a capacidade para atender novas demandas sociais.

BLS PDF Converter DEMO

Diante dessas reflexões, emerge uma questão fundamental: em que consiste o trabalho do professor? O que o diferencia dos demais trabalhadores?

Esta é, sem dúvida, a questão mais difícil de ser respondida, tal é a divergência de concepções expressas pelos vários autores que escrevem sobre o trabalho docente. No entanto, apesar dos obstáculos e da complexidade que o tema sugere, não há como discutir o trabalho docente sem desvendar alguns aspectos que dizem respeito ao tipo de trabalho que o professor realiza no interior das relações capitalistas de produção.

Faz-se necessário, portanto, analisar o conteúdo do Estatuto do Magistério Público Municipal de Palhoça, para retirar dele alguns elementos que nos permitam refletir sobre a natureza do trabalho docente.

3.2 O Estatuto do Magistério da Rede Municipal de Palhoça

A pertinência de abordar e analisar o **Estatuto, Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal** deve-se ao fato de, nele, estarem definidas questões relativas à situação de classe dos profissionais da educação que se referem à jornada de trabalho, hora-atividade, remuneração, deveres e direitos, bem como ao processo de seleção e admissão e o que rege sobre a carreira do profissional da educação.

Sobre a natureza do trabalho docente, o **Estatuto do Magistério da Rede Municipal de Palhoça**, no artigo 44, entende que a atribuição específica dos professores é:

O desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem propriamente dito, sob a forma de atividades técnico-pedagógicas, ministração de aulas, produção/organização de processos de aprendizagem, participação no processo de integração de educandos portadores de necessidades educativas especiais e a participação no processo de planejamento, desenvolvimento e avaliação, inerentes às unidades escolares e ao sistema de ensino (2003, p. 14).

BLS PDF Converter DEMO

Fica evidente que a atribuição específica do cargo de professor é o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, o artigo deixa claro que essa atribuição se dá na forma de atividades técnico-pedagógicas, ministração de aulas, produção e organização do processo de trabalho e outros imperativos, demonstrando que, na verdade, não se trata de atribuição (no singular) do cargo de professor, mas de atribuições (no plural) do cargo de professor, demonstrando o caráter plural da função docente. Apesar de o trabalho docente apresentar características comuns aos demais trabalhadores, ele também revela algumas especificidades, as quais somente o professor experimenta.

Aparentemente, a atividade característica da docência é a realização das aulas. Entretanto, a atividade docente não se resume apenas à ministração de aulas. Como o próprio Estatuto revela, a docência oculta uma série de outras funções que, de imediato, não se consegue apreender sem uma análise cuidadosa e detalhada do que constitui o trabalho do professor. São atividades técnico-pedagógicas de produção e organização do trabalho que consomem o tempo do professor fora do espaço da sala de aula, ultrapassando o limite da jornada de trabalho pela qual é contratado e que discutiremos no item jornada de trabalho de professores (as), ainda neste capítulo.

Além da realização das aulas, em local e tempo definido, o professor precisa prepará-las. Para isso executa tarefas de planejamento que incluem pesquisa, seleção de material, estudo e organização do trabalho a ser realizado. Precisa, ainda, elaborar instrumentos de avaliação dos alunos; fazer correção de trabalhos e provas; proceder à avaliação de alunos e emitir notas, aprovando ou reprovando. Esta tarefa é extremamente complexa e exige do professor um trabalho cauteloso para que possa agir de forma justa e responsável com o processo de aprendizagem. A preocupação com as dificuldades específicas de alguns alunos e a busca de orientações e encaminhamentos necessários para a resolução desses impasses é outra tarefa de professores (as).

Ser professor implica - em maior ou menor grau - resolver conflitos sociais entre alunos, ensiná-los, orientá-los, atender seus pais, escutando-os e orientando-os em cada caso específico. É uma atividade que demanda envolvimento emocional, enorme investimento de energia afetiva. As atividades relacionadas ao cuidado social que exigem maior investimento de energia afetiva. O trabalho do professor, portanto, exige o estabelecimento do vínculo afetivo para atingir seus objetivos, porque é mediante o vínculo afetivo - como nos indicam Codo e Gazzoti (1999, p. 50) - que ocorre o processo ensino-aprendizagem.

Afeto vem do latim *affectu* (afetar, tocar). Afetividade é, portanto, o conjunto de emoções, sentimentos e paixões provenientes de um mesmo indivíduo. O trabalho docente tem essa característica afetiva na relação professor-aluno, uma espécie de circuito afetivo que nunca se fecha. Pode acontecer que esse circuito afetivo não se complete, pela própria tensão entre o dever e o não-poder completar tal vínculo afetivo. Pode haver quebra desse circuito afetivo, dessa energia afetiva, devida à forma de organização do trabalho referente às regras de funcionamento pré-estabelecidas. Essa tensão entre vincular-se ou não-dever vincular-se afetivamente - presente nas atividades que pressupõem o cuidado - pode se desenvolver em proporções tais, capazes de criar um conflito que o indivíduo não consiga resolver. Faltam-lhe alternativas e modos saudáveis de dar vazão a esta energia afetiva, conduzindo-o ao sofrimento psíquico, ou mesmo, a psicopatologias (ibid, p. 57-58).

Além disso, o professor também se depara com casos de trabalho infantil, em que crianças

repartem seu tempo entre a escola e trabalho. Há também os casos de abuso sexual, abandono, agressão física, drogas e fome, situação em que parte significativa das crianças é vítima.

Outro aspecto importante a ser considerado, ao promovermos a análise da natureza do trabalho docente, diz respeito à responsabilidade - que é delegada pelos pais à escola e, em especial, ao professor - de educar as crianças. É muito comum ouvir os pais dizendo que *jã não sabem mais o que fazer com a criança ou adolescente*. Observamos um índice elevado de crianças sem limite algum, que desrespeitam professores e demais profissionais da escola, agredindo-os verbalmente e, em casos extremos, partindo para a agressão física. Tal situação consolida mais um aspecto relevante da multifacetada natureza do trabalho docente na contemporaneidade: a violência que assola as escolas e aterroriza professores que sofrem pelas ameaças, gerando agressões entre alunos e entre aluno e professor.

Ao analisar a natureza do trabalho docente (Lévy, 1997), evidencia que o trabalho de professores (as) é marcado pelo sacerdócio e pela vocação, ainda presentes na atividade docente, seja via ideário de magistério como atividade eminentemente feminina, seja pelo conformismo incentivado sempre que professores (as) reivindicam melhores condições salariais e de trabalho. Esse autor sintetiza a natureza do trabalho docente, indicando três proposições. A primeira, diz respeito ao tipo de trabalho realizado pelo (a) professor (a). Um "trabalho que mesmo não podendo ser considerado tipicamente capitalista, vem sendo submetido a uma lógica capitalista de racionalização e organização". Em segundo lugar, afirma que o professor é trabalhador assalariado, possui uma situação de classe contraditória, mas com forte tendência de constituir-se como membro da classe trabalhadora.

Diante disso, questionamos: ainda não faz parte da classe trabalhadora? Por último, o autor indica que o professor é um trabalhador sexuado: é mulher e trabalhadora.

Essa análise da natureza do trabalho docente, situada historicamente, permite-nos refletir sobre as condições de realização de uma atividade que não se restringe apenas ao contexto da sala de aula. Uma atividade que - como nos lembra Sacristân - não se circunscreve a esta prática pedagógica visível, sendo necessário sondar outras dimensões menos visíveis (1995, p.68). Continua dizendo que quando

se atribui aos professores a responsabilidade por aquilo que acontece nas aulas, esquece-se da realidade do contexto de trabalho. No entanto, que realidade é essa? De quais condições de trabalho estamos falando?

3.3 Condições de trabalho

A pretensão, neste item, é refletir acerca das condições de trabalho sob as quais o professor vem exercendo a docência. Pode parecer desnecessária uma discussão sobre a concepção de condições de trabalho, pelo fato de o termo ser tão comumente empregado. Entretanto, consideramos esclarecedor salientar ~~que a concepção de condições de trabalho~~ sobre a qual vimos dirigindo nossa discussão - posto que se abre um vasto leque de análise do docente - está alicerçada nas idéias de Marx acerca dos meios de trabalho, com a preocupação de evidenciar os elementos que compõem as condições de trabalho.

Portanto chamamos de condições de trabalho as circunstâncias sob as quais o trabalhador realiza seu trabalho. Estas circunstâncias envolvem, além das exigências da profissão, as relações interpessoais e o conjunto de meios de trabalho que, de acordo com Marx (1994), são todas as condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho, servindo para conduzir a atividade. Mesmo que essas condições materiais não participem diretamente do processo de trabalho, elas são necessárias para concretizá-lo e, por isso, sem elas o trabalho fica parcial ou totalmente impossibilitado. Quais os meios de trabalho exigidos para a concretização do trabalho docente? Que elementos compõem e determinam as condições de trabalho do professor?

Marx (1994, p. 202), ao discutir o processo de trabalho e o processo de produzir mais-valia, refere-se aos meios de trabalho. Para ele, o processo de trabalho é composto por três elementos: a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria que se aplica ao trabalho, o objeto de

trabalho e, por fim, os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. Sobre este último - que nos interessa discutir neste trabalho - o autor afirma que:

Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se ao seu objeto e servem de qualquer modo para conduzir a atividade, consideramos meios de trabalho em sentido lato todas as condições materiais, sejam como forem, necessárias à realização do processo de trabalho. Elas não participam diretamente do processo, mas esse fica impossibilitado de concretizar-se (1994, p. 205).

Essa concepção de Marx fortalece a idéia de que as condições de trabalho, como condições materiais de concretização dele, trazem implicações - mesmo que de forma indireta - para a possibilidade de realização da atividade do trabalhador. Portanto, o professor, que realiza seu trabalho sob condições nada favoráveis - falta ou insuficiência de recursos e materiais de apoio, espaço físico inadequado, jornada longa de trabalho - tem dificuldade de concretizar seu trabalho, de atingir seu objetivo que é ensinar. As condições de trabalho, diz Moura (1999, p. 44), podem ser definidas como um conjunto de fatores que - desde o nível da sociedade até a unidade de trabalho - afetam, de maneira direta ou indireta, as condições de vida e a saúde dos trabalhadores bem como o nível de produtividade e o clima social de organização da produção. As condições de trabalho são fundamentais ao trabalhador. O trabalhador que exerce sua atividade, sob condições nada favoráveis, não só fica limitado ao exercício de seu trabalho e ao seu objetivo, mas também tem sua saúde afetada. Essa influência das condições de trabalho na saúde do trabalhador está condicionada à sua capacidade de resistir ou não às situações de trabalho. Compreender como tais condições afetam os trabalhadores requer uma análise das situações de trabalho.

Tendo como base os depoimentos das professoras sobre as condições de realização do seu trabalho, destacamos para análise os seguintes elementos que constituem as condições de trabalho docente, as circunstâncias sob as quais o professor exerce sua atividade:

- a- condições físicas e ambientais das escolas e recursos materiais de apoio
- b- relações interpessoais no trabalho
- c- exigências burocráticas e expectativas da sociedade relacionadas ao trabalho do professor

a- Condições físicas e ambientais das escolas e recursos materiais de apoio

Como sabemos, as **condições de trabalho docente** são muito precárias, uma vez que as escolas públicas brasileiras sofrem com a falta de recursos e materiais. Na rede municipal de Palhoça, a situação não diverge do contexto geral. O professor da rede pública convive diariamente com a falta de recursos e materiais básicos na escola, como: livros e demais materiais didáticos, materiais desportivos para aulas de Educação Física; crianças que não possuem cadernos, lápis, borracha, lápis de cor. Os professores que optam pela utilização do livro didático, por exemplo, enfrentam o problema da insuficiência desse material para toda a turma. Embora o governo mantenha as escolas com os livros, estes nunca são suficientes e obrigam o professor a fazer trabalhos em dupla para que todos tenham acesso à leitura e aos exercícios do livro. Em dias de prova, a falta de livros é outro agravante. O professor não tem como organizar esse dia sem que não tenha um livro para cada aluno. Como a máquina foto-copiadora é um recurso quase que inexistente nas escolas - e aquelas que as têm não conseguem mantê-las - a saída é passar os textos e exercícios no quadro para que os alunos os copiem. Essa prática - muito comum devido à situação exposta - mesmo não aceita pelos professores como forma ideal de encaminhamento do trabalho, acaba sendo a derradeira medida para viabilizá-lo. Por isso, é fato muito normal que os alunos passem as aulas inteiras copiando conteúdos do quadro.

Há, ainda, a falta de recursos, tais com: telefone, giz, papel, álcool para o mimeógrafo (material ainda comum nas escolas), sala de repouso para os professores, armários para seus pertences pessoais e computador.

Além disso, há problemas relativos às condições ambientais necessárias à realização do trabalho, referentes à iluminação, higiene, temperatura, condições dos banheiros, barulho, água e alimentação. A escassez da merenda e a falta de água purificada também se constituem como problemas na escola, à medida que são necessidades básicas para os sujeitos do espaço escolar. Como pode uma escola funcionar sem banheiros em boas condições de uso, água limpa para beber e alimentação?

Além disso, o professor também precisa conviver com turmas superlotadas, pois não há salas de

aula disponíveis para atender à demanda. Vão abrindo vagas nas escolas sem que as mesmas apresentem condições físicas para abrigar tantos alunos.

As escolas acabam criando espaços alternativos, muitas vezes fora do espaço escolar, obrigando o deslocamento de alunos e professores, fragmentando a unidade escolar e interferindo na organização da rotina. Tal situação revela a falta de planejamento e o total descaso do Governo com a educação.

No Município de Palhoça, é comum a prática de improvisação de espaços alternativos para atender à demanda. Encontramos professores realizando aulas em ambientes que não dispõem de banheiro ou água potável. São ambientes distantes da escola e que exigem dos docentes e alunos idas e vindas constantes ao espaço escolar para utilização de banheiro, para fazer lanche e beber água ou, ainda, para pegar materiais de apoio que ficam na escola, tais como: retro-projetor, giz, mimeógrafo, livros e outros recursos. Com isso, toda a rotina da escola fica comprometida. Os professores de Artes e Educação Física também precisam se deslocar da escola para salas improvisadas, o que ocasiona o atraso em todas as aulas, devido à distância que os professores precisam percorrer entre um e outro espaço.

A maioria das escolas não dispõe de espaço apropriado para aulas de Artes e Educação Física e recreação. Não dispõem também de estrutura física adequada para atender crianças e jovens portadores de necessidades especiais. Os cadeirantes, por exemplo, têm muita dificuldade de locomoção na escola, porque faltam rampas. Usar o banheiro é impossível, quando a cadeira de rodas não passa pela porta de setenta centímetros de largura.

Lembramos, também, que grande parte das escolas municipais de Palhoça não tem biblioteca, laboratório e computador. Esses dados estão de acordo com a pesquisa nacional do INEP (2003) e, também, com o estudo do CNTE (2001) sobre condições de infra-estrutura das escolas, em que as redes municipais têm as piores condições de trabalho. Codo (1999) também discute as precárias condições sob as quais os professores da rede pública trabalham, revelando as dificuldades de realização do trabalho sem recursos, sem material de apoio e num ambiente permeado por intrigas, disputas e fofocas.

Faz-se necessário ressaltar que contexto de trabalho - que abrange desde a organização do tempo e do espaço até questões relativas a horários e normas da instituição - influencia e condiciona a ação do professor. Porém, não são apenas as condições físicas e a escassez de recursos nas escolas que oprimem o professor e causam a ele tanto sofrimento. As relações entre estudantes, professores e demais membros integrantes do espaço escolar também fazem parte.

b- As relações interpessoais no trabalho

Os docentes também experimentam os problemas de relacionamento com os colegas de trabalho na própria instituição; com os pais de alunos; com a direção e supervisão. Também com seus alunos, pela falta de afetividade, de respeito e, ainda, com a ausência de coletividade entre os colegas de profissão.

Codo e Batista (1999, p. 83-85), acerca disso, mencionam a hostilidade do grupo de colegas que não aceitam as propostas do (a) professor (a), cumprindo o (a), lançando olhares de reprovação ou comentários cheios de ironia quando propõe uma reunião para discutir problemas ou socializar as experiências de sala de aula. Esse esforço do (a) professor (a), muitas vezes é ignorado, não é reconhecido, gerando um desgaste. Para os autores, essas são condições para o surgimento do sofrimento no trabalho, justamente porque o investimento realizado carece de sentido. Isso faz com que o (a) professor (a) armazene esse sofrimento por meio do jogo da amnésia. Porque o sofrimento - no sentido do esforço empreendido, do cansaço e das entregas pessoais - faz parte da realidade normal do trabalho. Se o sofrimento for recompensado com o reconhecimento do trabalho, pode transformar-se em prazer. Porém, quando não houver esta recompensa, o envolvimento afetivo do (a) professor (a) não será mais o mesmo, pois o trabalho carecendo de sentido, transforma-se em fonte de sofrimento, São várias as situações de conflito e envolvendo os docentes. Alguns precisam resolver entraves com alunos, no que diz respeito ao comportamento, notas e cumprimento de tarefas, o que exige do professor um grande dispêndio de energia. Cada aluno apresenta uma história de vida diferente, advém de meios diferentes, são indivíduos únicos e, por isso, não podemos uniformizá-los nem exigir que reajam da mesma forma. Os eventuais problemas que surgem entre o professor e seus alunos podem significar um

contratempo com os pais, com o diretor, com supervisor da escola ou, até mesmo, com o pessoal da Secretaria de Educação - caso o pai recorra a este órgão. Tal situação pode ser facilmente resolvida ou pode constranger o professor, a tal ponto, que ele queira se afastar da instituição, inclusive, desistindo das aulas. O docente enfrenta, ainda, problemas com fofocas, disputa de vaidades, comparações, falta de apoio e depreciação do trabalho que realiza.

As relações, presentes na escola, entre os colegas de trabalho nem sempre são relações tranquilas. Os professores podem se deparar com o fato de serem obrigados a conviver num ambiente permeado por intrigas e fofocas, muitas vezes, tendo seu nome envolvido em fatos relacionados à sua competência profissional. Sobre a competência profissional do (a) professor (a), Codo e Batista (1999, p. 83) mostram-nos que a dúvida sobre a sua competência profissional corrói o cérebro do (a) professor (a) que se esforça e luta contra a realidade social e a do trabalho. Os custos emocionais e pessoais são altos, e os resultados são, uma vez que seu trabalho não é reconhecido. Além disso, as relações conflituosas no ambiente de trabalho podem ter origem na disputa pela *melhor turma*, pela prioridade de uso dos recursos da escola que não são suficientes para que todos possam usá-los ao mesmo tempo, exigindo que a escola se organize para evitar esses problemas.

Em Nacarato, Varani e Carvalho (1998, p. 81), encontramos uma análise das relações interpessoais no trabalho, baseada nas transformações ocorridas na sociedade, na estrutura e dinâmica familiar, nas relações de convivência e poder. Conforme esses autores, isso gera sujeitos mais insatisfeitos, mais agressivos e violentos. Suas análises estão pautadas na relação professor-aluno no contexto da sala de aula. Discutem as relações interpessoais conflitivas entre alunos e professores, relação marcada pelo perfil de um estudante que tenta exercer seus direitos de livre-expressão. Direito, muitas vezes, expresso em atitudes que pautam pela falta de respeito e de limites. Apontam, ainda, que a falta de mecanismos que arbitrem com justiça e imparcialidade as relações de convívio dificulta o trabalho pedagógico.

No dia 25 de junho de 1995, na página 17 da Folha de São Paulo, consta o artigo de Alonso,

"Docentes fogem da rede pública". Neste artigo, aborda - não somente a falta de segurança nas escolas, onde é crescente a violência - como, também, questões salariais e de infra-estrutura delas na cidade de São Paulo no governo Covas, impelindo docentes ao abandono da atividade.

Observamos que as relações conflituosas na escola podem levar o professor a isolar-se aos poucos - **podendo até fazer com que muitos abandonem a atividade docente** - ou levá-los a buscar formas alternativas de lidar com tal situação. Os problemas que se referem às relações interpessoais no trabalho não são exclusivamente de professores. Tal situação reflete as relações sociais no capitalismo, permeadas pelo individualismo e competitividade; agravadas pelas difíceis condições de trabalho, pelos baixos salários, pelo cansaço do professor com a longa jornada de trabalho e pelo não reconhecimento de seu trabalho.

BLS PDF Converter DEMO

c- Exigências burocráticas e expectativas da sociedade com relação ao trabalho do professor

Algumas tarefas tornaram-se imperativos próprios do trabalho docente. Um exemplo disso é o preenchimento do diário de classe que o professor precisa organizar. O diário de classe é um documento oficial no qual ficam registradas as informações de frequência e notas dos alunos, o que comprova o trabalho realizado pelo professor. Outras tarefas que podemos citar como inerentes ao trabalho do professor é o planejamento das aulas, a elaboração dos instrumentos de avaliação, a correção desses instrumentos e a transformação destes em número, conceito ou avaliação descritiva. Além das atividades que citamos, a participação em reuniões de pais, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, reuniões administrativas e uma infinidade de reuniões com nomes diversos também se tornaram exigências do trabalho. Aparecem ainda novas exigências, pois, constantemente, a direção da escola ou a Secretaria de Educação criam novos modelos de relatórios ou fichas de avaliação, como formas de controle do trabalho realizado e de seus resultados. Os professores também podem ser obrigados a cumprir exigências burocráticas exageradas, devidas ao autoritarismo do diretor e/ou supervisor que não

permitem a participação de alunos, pais e docentes nas decisões da escola. Na grande maioria das vezes, o professor apenas executa e cumpre aquilo que foi determinado pela hierarquia, mesmo que não apóie tais decisões. Todas essas exigências de ordem burocrática têm intensificado o trabalho do professor, consumindo todo seu tempo, privando-o do lazer, do convívio social e do descanso. Podemos citar mais alguns exemplos acerca dessas exigências em torno do trabalho do professor que denotam o controle externo ao qual ele fica submetido:

* O PPP (Projeto Político Pedagógico) como elemento norteador e condutor do processo de trabalho - muitas vezes construído por um grupo de especialistas sem a participação da comunidade escolar, inclusive, sem a participação do professor que passa a ser mero executor do projeto - na grande maioria das vezes, não contempla os desejos e necessidades do professor e da comunidade em geral.

* Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) norteadores do trabalho docente no Ensino Básico: também são determinados externamente.

* O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado a cada biênio e que tem por objetivo avaliar o ensino básico.

Estas exigências - feitas ao professor e que se caracterizam como formas de controle externo ao seu trabalho - são imposições verticais, na medida em que os docentes não participam do seu processo de construção.

No segundo relatório de *Retratos da Escola 2*, realizado pelo Laboratório de Psicologia do trabalho (LPT-UnB) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sobre planejamento pedagógico, constatamos que:

A política nacional vigente não contempla a participação da escola e dos professores como elemento de construção e de elaboração de propostas, programas e projetos. Dá-se prioridade ao caráter meramente executor da escola, sendo constantes as iniciativas centralizadas que limitam os professores a agentes operativos, desprezando-se sua capacidade crítica, reflexiva e criativa (2001, p. 2).

é interessante ressaltar que, contraditoriamente, exige-se do professor um trabalho de qualidade, sem oferecer a ele as condições mínimas para subsidiar novas propostas.

Algumas escolas ainda contam apenas com recursos ultrapassados, como é o caso dos mimeógrafos que além de deixarem as mãos dos professores roxas, ao rodarem as matrizes, ainda produzem um professor criativo e inovador não lhe dá condições para inovar seu trabalho. Portanto, o professor material sem qualidade, nada atraente para as crianças. A mesma sociedade que exige um contraditório e que o torna vulnerável às críticas porque ele não consegue atender às novas exigências e responsabilidades que lhes são impostas pelo contexto social. Para Esteve (1999, p.13), às vezes, "o desconcerto surge do paradoxo de que essa mesma sociedade, que exige novas responsabilidades dos professores, não lhes fornece os meios que eles reivindicam para cumpri-las. Outras vezes, da demanda de exigências opostas e contraditórias".

é um processo em que o professor, isoladamente, não consegue a resistência necessária para modificar as relações arbitrárias presentes na escola e que demandam um agir coletivo para o enfrentamento e transformação das relações que lhes

BLS PDF Converter DEMO

De acordo com Batista e Codo (1999, p. 60), os professores sofrem com as exigências do mundo atual, porque elas atingem seu saber-fazer, questionando sua competência como profissional do ensino. Segundo estes autores, os professores "estão experimentando uma crise de identidade" que se revela nas questões relativas a gênero e nos aspectos relativos à realidade do trabalho realizado nas escolas hoje.

Esteve considera que o professor é visto como um *pobre diabo* que não foi capaz de arranjar uma ocupação mais bem remunerada. Seu trabalho é apreciado num sentido negativo, porque concomitantemente à desvalorização salarial, a profissão docente também é desvalorizada socialmente (1995, p. 104-105).

O julgamento social dos professores tem vindo a generalizar-se. Desde os políticos com responsabilidades em matéria educativa até aos pais dos alunos, todos parecem dispostos a considerar o professor como o principal responsável pelas múltiplas deficiências e pela degradação geral de um sistema de ensino fortemente transformado pela mudança social. Ora, mais do que responsáveis, os docentes são as primeiras vítimas (ESTEVE, 1995, p.104).

Todas as exigências impostas ao professor - sejam pela natureza de seu trabalho ou pelos

exageros que temos presenciado, atreladas à escassez de recursos e materiais de apoio e às condições físicas da escola - constituem o que chamamos condições de trabalho docente.

Condições de trabalho que exigem do professor a arte dos malabares, a arte de realizar seu trabalho com o que dispõe, mesmo que isso não seja suficiente para realizá-lo. Ocupando todo o tempo da jornada de trabalho, o professor ainda é obrigado a estendê-la para além do limite contratual, pois ela não é suficiente para que dê conta das exigências do trabalho; portanto precisa realizar seu trabalho em casa, à noite, nos finais-de-semana e nos feriados, também. Qual é, afinal, a jornada de trabalho de um professor?

3.4 Jornada de trabalho e trabalho excedente: a intensificação do trabalho docente

BLS PDF Converter DEMO

Este item, ainda que concernente às condições de trabalho, está sendo abordado em separado, tendo em vista o destaque que lhe queremos dar.

Para sobreviver, o professor é obrigado a desempenhar uma jornada desumana de trabalho de até sessenta horas semanais, dividida entre uma e outra instituição; acrescida, ainda, do trabalho que é obrigado a realizar em casa - muitas vezes até de madrugada - como, atividades de planejamento e correções.

Como sabemos, é inerente ao trabalho docente - além da participação em reuniões diversas e a necessidade de realizar cursos de capacitação para atualização - a realização de atividades de planejamento e avaliação, o que exige deste profissional um aumento na sua carga horária de trabalho - salienta-se pela qual não é pago para realizar. As atividades desse cunho, realizadas fora do âmbito da sala de aula não são remuneradas e, na grande maioria, ocupam o professor fora de sua jornada contratual de trabalho e, portanto, deveriam ser consideradas e pagas como hora-atividade. As atividades de planejamento e organização do trabalho que o professor realiza em sua casa não se

constituem, efetivamente, como trabalho remunerado, uma vez que estas são realizadas fora da jornada contratual.

No artigo 24 do Estatuto do Magistério da Rede Municipal de Palhoça, que trata da jornada de trabalho e frequência, fica determinado que o professor terá direito a desenvolver 20% da sua jornada de trabalho com atividades destinadas ao planejamento, avaliação, apoio técnico-pedagógico e capacitação. No entanto, dadas as condições reais de trabalho na escola, é quase impossível que o professor consiga realizar todas as atividades descritas anteriormente no período em que está na escola, fora de sala. Os 20% da jornada, na forma de horas-atividade, não são suficientes para que o professor dê conta de seu trabalho dentro de sua jornada contratual, seja ela de dez, vinte, trinta ou quarenta horas semanais. Na realidade, as correções de trabalhos dos alunos consomem a hora-atividade do professor. Por isso, há necessidade de levar trabalho para casa. Um trabalho invisível que transpõe a jornada de trabalho pela qual o professor é contratado e que se constitui como trabalho excedente.

Ao pensar o trabalho do professor, o que se apresenta é o contexto da sala de aula: o ritual de recepção dos alunos, a organização da sala, o estar com crianças, jovens e adultos dentro da sala, ministrando aulas. Parece simples, mas não é. Até chegar à escola, o professor realiza - fora da jornada de trabalho pela qual é pago - uma série de atividades para poder concretizar seu trabalho. São atividades - que não são vistas nem acompanhadas, executadas em casa, por um período igual ou maior ao de sua permanência na escola - que se constituem como trabalho gratuito, ou seja, trabalho excedente. Considerando que as atividades que realiza em casa não são remuneradas e não estão incluídas no seu contrato de trabalho, seja ele qual for e, por isso, não se constituem como hora-atividade. São horas e horas destinadas à preparação das aulas, à escolha de materiais e seleção de conteúdos e de leituras, à elaboração de exercícios e de avaliação, sem remuneração alguma.

O professor é afetado pela intensificação do trabalho, que o priva de sua vida, a partir do momento em que suas condições de realização e os baixos salários não lhe permitem uma menor jornada de trabalho. Nas palavras de Batista e Codo (2002):

Perdeu-se a jornada de trabalho. O tempo do trabalho se escorrega pelos interstícios do

mundo doméstico. Mostra sua face durante a noite, quebra o ritmo da manhã, reaparece à tarde. Enfim, o tempo de trabalho é igual ao tempo da vida; o tempo da vida equivale ao tempo de trabalho (p. 415).

Como consequência, outra angústia: a falta de tempo. Falta tempo para os filhos, para o cônjuge, para demais parentes e amigos. Falta tempo para preparar aulas e ler. Falta dinheiro também. E o cansaço? Falta-se um dia. E quando o corpo não agüenta e adocece?

Por meio de nossa pesquisa pudemos observar que os professores não apenas se sentem sobrecarregados pelo trabalho, mas também desvalorizados. Sofrem pela falta de tempo para a família e para si, pela falta de dinheiro e se desgastam com o trabalho realizado. Consequência óbvia da intensificação do trabalho na contemporaneidade.

Contraditoriamente, os professores exigem-se muito em relação ao trabalho; cobram de si mesmos a responsabilidade por uma educação de qualidade, como se isto dependesse exclusivamente deles. Como se as condições de realização do trabalho docente, presença de recursos necessários, projetos e verbas destinadas à educação não interferissem na sua atividade.

Certamente, a luta pela sobrevivência tem tornado o trabalho - inclusive o do professor - um peso insustentável, já que a dura jornada a que se submete, devido aos baixos salários, às precárias condições de trabalho e às exigências da profissão causa-lhe sofrimento ao invés de bem-estar. E, por não se realizar em seu trabalho, por não ter a liberdade de desenvolver sua energia física e mental, acaba exausto e deprimido. A luta pela qualidade de vida, obriga-o a um trabalho forçado, uma vez que o trabalho não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades (MARX, 2002, p. 114).

Á nesse contexto que surge nossa preocupação com a qualidade de vida do professor. Como negar o seu sofrimento e sacrifício ao submeter-se a uma jornada de trabalho exaustiva e mal-remunerada? Como negar que a longa jornada dentro de sala, acrescida do trabalho que leva para casa, causa-lhe exaustão física e mental? Como negar a falta de tempo para o planejamento das aulas e a dificuldade de acesso à leitura, à pesquisa e à reflexão acerca do trabalho realizado? Como negar que o trabalhador exaurido física e mentalmente não consegue qualidade e satisfação naquilo que realiza?

São vários os fatores que contribuem para o sofrimento do professor que, além de conviver com os problemas inerentes à natureza e às condições de trabalho, é insuficientemente remunerado, o que o obriga a ampliar sua jornada de trabalho. Lazer? Nem pensar! Finais-de-semana e feriados? Planejar, corrigir, além de organizar a vida doméstica: problema enfrentado principalmente pelas professoras-trabalhadoras.

3.5 Salário e trabalho doméstico: a sobrecarga de trabalho da professora-trabalhadora

Além das precárias condições de trabalho e da longa e desumana jornada de trabalho, professores são atingidos por outro grande problema: a sobrecarga de trabalho a que se submete a professora-mulher.

A atividade educativa constituiu-se historicamente como atividade feminina, a partir da concepção de mãe que educa, que dispensa cuidados e que protege. Esta concepção influenciou a consolidação da mulher como figura ideal para exercer a atividade docente. A partir de então, o universo feminino docente passa a experimentar o exercício da dupla jornada: o trabalho realizado na escola e o trabalho doméstico e passa a vivenciar o processo de intensificação e sobrecarga de trabalho.

Para Hypolito (1997), algumas características femininas permitiram o ingresso maciço das mulheres na docência, destacando: a proximidade entre as atividades do magistério com as exigidas para ser mãe; habilidades femininas no cuidado de crianças; a possibilidade de compatibilização de horários entre a docência e o trabalho doméstico; a aceitação social da mulher para exercer a docência.

Tendo como base os dados obtidos em nossa pesquisa de campo, podemos constatar - entre os professores pesquisados - o elevado índice de mulheres em licença para tratamento de saúde, conforme os dados expressos na tabela 2 do capítulo 4 deste trabalho. Dos professores que se afastaram para tratamento de saúde, mais de 90% são mulheres.

Os depoimentos das professoras, apresentados no segundo capítulo deste trabalho, são reveladores, pois mostram a rotina da professora-trabalhadora e a sua vida subsumida no trabalho. Elas falam da longa jornada, do trabalho excedente e do trabalho doméstico que são obrigadas a realizar, pois o baixo salário não lhes permite a contratação de alguém para fazê-lo. Após 40 horas de trabalho na escola, elas voltam para casa e ainda precisam organizar a vida doméstica. Precisam lavar, passar, fazer faxina na casa e deixar comida pronta para os filhos que chegam da escola. O pouco tempo que lhes sobra para estar em casa, precisa ser dividido entre afazeres domésticos, atividades da escola e, ainda, é preciso arranjar um tempinho para estar com o marido e com os filhos. Além do que algumas professoras precisam recorrer a atividades complementares para aumentar a renda. Por isso, é fato comum encontrarmos, nas escolas, professoras que vendem produtos de beleza, peças íntimas, bijuterias e roupas de crochê e tricô durante o horário de lanche.

Essas professoras - assim como os demais trabalhadores - também sofrem com a intensificação do trabalho, gerada pelos baixos salários, que as levam a prolongarem sua jornada com atividades complementares de renda, como forma de garantir sua subsistência.

Segundo o relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores da educação básica no Brasil, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação:

A conclusão é: o Brasil está perdendo educadores, professores, em sua maioria, cujo esforço e tempo necessários para qualificação são maiores do que os despendidos para a formação de técnicos e funcionários de escolas. Cabe ressaltar que os funcionários de escola não têm políticas públicas para sua profissionalização, excetuadas algumas iniciativas de sindicatos filiados à CNTE, que conseguiram elaborar projetos especiais. **A médio prazo, dez anos, aproximadamente, o país começará a sofrer com a escassez de docentes, fato que já é visível em várias redes estaduais, especialmente nas áreas técnicas (matemática, química e física), cuja formação encontra em outras atividades da iniciativa privada remuneração superior à oferecida pelo poder público. De fato, pode-se dizer que os baixos salários são uma das principais dificuldades para se atrair os jovens para a carreira (...)**

A média dos salários dos trabalhadores em educação situa-se na faixa de R\$ 500 a R\$ 700, muito pouco para assegurar condições de vida dignas para qualquer profissional, especialmente um cujas especificidades da sua atuação exigem dedicação exclusiva (a fim de se criar vínculos), tempo para formação, atualização e aperfeiçoamento (para que possa acompanhar a evolução técnica e científica), condições para consumo de bens culturais (de modo que seja capaz de ampliar sua visão de mundo e socializá-la com os alunos).

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, revelou que os trabalhadores em educação do Brasil têm um dos piores salários entre 32 países de economia equivalente, o que prova que a situação de penúria dos educadores não é um problema, para usar palavras simples, de "pobreza da nossa economia", mas da falta de políticas públicas que insiram a educação como uma prioridade dentro de um projeto nacional global, acima de governos e além de mandatos.

O levantamento da Unesco-OCDE considerou os salários médios anuais, em dólares, do ano de 1997, convertidos pela cotação média do ano. De fato, o salário anual do professor brasileiro, com 15 anos de profissão, avaliado em US\$ 6.450, antes da desvalorização, coincide com os valores apontados hoje pela pesquisa da CNTE. O que evidencia que, de 1997 para cá, praticamente não houve avanços salariais na categoria. Em valores de hoje, o salário anual do educador é de US\$ 2.117, considerando uma média de R\$ 600 (o meio-termo da faixa média indicada na tabela) e um dólar a R\$ 3,4. Essa cifra põe o Brasil abaixo da posição onde se encontrava a Indonésia na época da pesquisa.

A imensa diversidade salarial dos trabalhadores em educação, remunerados com base com 20, 25, 40 horas, a valores diferentes, com adicionais diversos e em percentuais variados, sob regimes estaduais, municipais ou mesmo federais, dificulta um cálculo preciso da remuneração da categoria. Alguns indicadores da vida bancária, porém, ajudam a ter uma visão mais clara do quadro, conforme se pode observar pelo grande número de profissionais que não responderam às perguntas sobre cheque especial (57,4%) e cartão de crédito (66,8%). Quanto à conta bancária, mais de 60% declararam ter, ao menos, uma, provavelmente, trata-se de uma conta-salário. Neste quesito também não havia a opção "Não possuo", o que explica, pelo menos em parte, porque tantos não responderam às perguntas sobre cheque especial e cartão de crédito.

Ao abordar a questão do salário, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, Marx analisa a condição do trabalhador na sociedade capitalista, cuja lógica condena-o à fome ou força-o a sujeitar-se a todas as exigências do capitalismo (2002, p.66).

A "Folha de São Paulo" de 30 de julho de 1994, publica o artigo de Amaury Ribeiro Jr que aborda a precariedade do salário do professor e de sua formação. Analisando a situação do município de Buritizeiro em Belo Horizonte, Amaury apresenta um quadro de falta de merenda, de equipamentos e de material pedagógico nas escolas. Em 1994, os professores de Buritizeiro tinham um salário de R\$ 64,79 por mês. Outro problema enfrentado no município - revela Amaury Jr. - é com relação à formação dos professores. Dos 42 docentes do município, apenas 5 deles concluíram o magistério no ano 1995. O secretário de educação do município atribui, a contratação de professores sem formação, ao fato de professores habilitados não quererem submeter-se aos baixos salários.

No mesmo jornal, em 9 de março de 1997, Bosi - professor de literatura da USP - escreveu sobre o professor primário, afirmando que o docente das séries iniciais do Ensino Fundamental, no Brasil, é mal remunerado como se fosse um operário não qualificado. Nesta matéria, em que teve o cuidado de comparar os vencimentos de docentes da rede oficial em vários estados, evidenciou que o professor de 1º grau, aquele a quem se delega a missão de ensinar a ler, escrever e contar, ganha em média, R\$ 2,00 por aula nas províncias mais bem aquinhoadas.

Apesar de todas as questões aqui apresentadas acerca do trabalho docente, as professoras ainda

encontram motivos para afirmar que sua atividade é gratificante. O fato de educarem crianças e jovens parece suprimir os problemas vinculados a salário, à longa jornada, às condições precárias e à sobrecarga de trabalho. A idealização que fazem de seu trabalho parece servir para amenizar os problemas com os quais convivem diariamente.

3.6 Idealização do trabalho docente

Afirmamos anteriormente que os professores idealizam seu trabalho. O que significa idealizar? Usamos o conceito de idealizar, encontrado em Sacconi (1996, p. 380), como sinônimo de fantasiar, imaginar, projetando uma situação que, na verdade, está distante da realidade. Uma espécie de purificação da atividade que exercem, de exaltação máxima, ocultando o que constrange e incomoda, desviando energia para outro campo, o campo das recompensas, do retorno que a atividade propicia.

A partir dos depoimentos das professoras, podemos constatar que - apesar dos problemas enfrentados com a atividade que exercem - elas procuram dar sentido ao trabalho, falando das recompensas trazidas por ele. O fato de, na relação ensino-aprendizagem, observarem resultados no desenvolvimento nas crianças, como avanços no processo de leitura e escrita, por exemplo, servem de estímulo para continuarem. O prazer que afirmam sentir - por trabalharem com crianças e poderem ajudá-las no processo de desenvolvimento - parece escamotear o sofrimento no trabalho.

No Brasil, essa idealização do trabalho docente, vê-se amparada pela mídia, na imagem construída e veiculada em rede nacional. Citamos o exemplo ocorrido em outubro de 2003, quando a rede Globo apresentou numa parte do *Jornal Nacional* - em homenagem ao professor - uma série sobre o trabalho docente, abordando suas condições de realização, diferenças salariais entre rede pública e particular e jornada de trabalho. A série mostrou ao Brasil inteiro as precárias condições em que grande parte dos professores vem realizando seu trabalho e a ínfima remuneração da rede pública.

Até aí, qualquer um que assistisse à série chegaria à conclusão que não valeria a pena ser professor. Porém, para encerrar a série, assistimos aturridos ao grande final, no qual se pôde assistir, então, ao reencontro de figuras ilustres do Brasil com seus antigos professores num ato de reconhecimento pelo trabalho realizado. O final da homenagem deixou claro que - apesar das precárias condições de trabalho e da ínfima remuneração - vale a pena ser professor pelo reconhecimento, pela importância social de que se reveste o trabalho docente. Ressaltamos o papel ideológico que a mídia desempenha como formadora de opinião, responsável pela construção de uma imagem ideal de professor que suprime todos os problemas enfrentados com a docência. Embora veiculadas as precárias condições de trabalho e os salários nada atrativos de docentes, esses problemas da docência são ocultados ou amenizados com experiências de sucesso de uns poucos professores que - dentro das mesmas condições de trabalho dos demais- conseguem bons resultados e inovações. O que induz a concluir que se uns conseguem bons resultados e porque são esforçados, dedicam-se e fazem o melhor que podem. E os demais, que não os conseguem? Resta-lhes a imagem de malandros e incapazes?

Não seria essa imagem generosa que o professor produz a respeito de seu trabalho, essa sublimação do trabalho docente, capaz de neutralizar o espírito de luta?

á esta força misteriosa, às vezes chamada vocação, que explica a quase devoção com que a grande maioria do magistério nele permanece, apesar da imoralidade dos salários. E não apenas permanece, mas cumpre, como pode, seu dever. Amorosamente, acrescento. Mas é preciso, sublinho, que, permanecendo e amorosamente cumprindo seu dever, não deixe de lutar politicamente por seus direitos e pelo respeito à dignidade de sua tarefa, assim como pelo zelo devido ao espaço pedagógico em que atua com seus alunos (FREIRE, 1997, p. 161).

A atividade docente constituiu-se, historicamente, com raízes na vocação e no sacerdócio, mais especificamente no século XVI, na Europa, em especial, época em que foram destinadas à população as escolas elementares. Entretanto, qual o interesse em se abrir escolas elementares à população?

Segundo Hypolito (1997, p. 18),

nesse período, os conflitos políticos religiosos na Europa eram muito frequentes e foram determinantes, em vários aspectos, para o mundo contemporâneo. A disputa entre os liberais/burgueses e os interesses tradicionais/aristocráticos estava presente desde aquela época; a Igreja exercia um papel fundamental nessa disputa ideológica por desempenhar, dentre outros fatores, o controle sobre a educação.

Portanto, a abertura destas escolas, cujos professores eram membros do clero e que funcionavam

em conventos, catedrais e igrejas, advinha do interesse da própria Igreja em manter sua influência sobre os intelectuais e a população em geral.

É a partir da segunda metade do século XVIII que a atividade de ensinar, até então responsabilidade da Igreja, passa a ser exercida por leigos, pois o clero não conseguia mais atender a demanda, devida ao advento da urbanização e a consequente ampliação do atendimento à população.

No entanto, os leigos convocados para exercer a docência deveriam jurar fidelidade aos princípios da Igreja e professar sua fé. (KREUTZ apud HYPOLITO, 1997, p. 19).

Conforme Nóvoa (1995, p. 18), os reformadores do século XVIII concentraram suas preocupações em definir as regras para recrutamento e nomeação de professores. Assim, passa a não ser permitido ao professor lecionar sem licença especial ou autorização do Estado. Esta licença contribuiu para que se definisse o perfil do professor que - a partir de então - precisava atender a certas condições para exercer a atividade docente no que se refere às atribuições inerentes ao cargo.

A Igreja apresentava uma concepção de professor diversa da aceção liberal. Referia-se à atividade docente como missão, vocação, o que legitimava o professor como aquele que resguardava a ordem, por meio de uma atuação que abrangia religião e comunidade. Daí a origem do termo professor como aquele que professa a fé e, como sacerdote, doa-se totalmente aos alunos. A remuneração era ínfima, mas o faziam pela garantia da eternidade.

Enquanto a Igreja defendia uma visão de magistério como vocação e missão, o pensamento liberal defendia uma educação laica e pública e uma formação docente com base técnico-profissional. É neste sentido que a concepção de professor da Igreja se opunha à concepção moderna, cujas bases eram "o profissionalismo, a laicidade e o espírito democrático e público da educação" (HYPOLITO, 1997, p. 21).

Essa devoção, presente no trabalho de muitos (as) professores (as), essa imagem construída do trabalho docente pode ser identificada na expressão comumente empregada pelos próprios professores, a expressão "dar aulas". Para Nacarato, Varani e Carvalho (1998, p. 76), esta expressão oculta o papel de profissional, fortalecendo a imagem de doação construída historicamente. Essa imagem da docência

como doação, profissão de fé, e a do (a) professor (a) como aquele (a) que professa a fé, que se doa aos seus alunos, justifica-se na constituição histórica do trabalho docente. A constituição histórica do professor como trabalhador da educação ocorre a partir da institucionalização do ensino, com o desenvolvimento do capitalismo, caracterizando um processo em que o professor se constitui como trabalhador assalariado.

A burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Ela despedaçou sem piedade todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus superiores naturais, para só deixar subsistir, entre os homens o laço do frio interesse, as cruéis exigências do pagamento à vista. (...) fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar de exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal. A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas e veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados (MARX e ENGELS, 1980, p. 11).

A idealização do trabalho docente pode trazer como consequência a neutralização do professor para construir o espaço de luta, a resistência necessária à forma de realização de seu trabalho. Envolvido pela imagem de docência como missão, como vocação e sacerdócio, o professor mantém a esperança de que um dia a situação melhore. Enquanto isso, busca estratégias individuais de sobrevivência: compra aqueles materiais que estão faltando com seu próprio dinheiro, faz caixinhas ou cofrinhos com os alunos, ajuda na organização de festas na escola para angariar fundos de manutenção e aquisição de materiais. Eis aqui um paradoxo: a esperança. Ao mesmo tempo em que ela pode expressar-se - sob a forma de acomodação - para alguns que permanecem esperando que as coisas aconteçam sem a sua interferência; pode, para outros, agregar, organizar e preparar a luta para que o sonho se torne realidade: porque são os homens que constroem a história.

3.7 Organização coletiva: o espaço de resistência

A classe trabalhadora vive um momento histórico em que relações sociais e de trabalho impõem a perda de direitos conquistados e, simultaneamente, ocorre o enfraquecimento da força sindical.

Os trabalhadores presenciam mudanças profundas que repercutem justamente na organização da classe, dificultando suas ações por meio de seus órgãos de representação, como o são os sindicatos. Observamos uma forte tendência de diminuição da sindicalização, conforme evidencia Antunes (2000) em pesquisa, principalmente na década de 80. Além disso, houve também diminuição significativa das greves. O autor atribui essas tendências ao crescente desemprego que força os trabalhadores empregados a se submeterem às relações e condições de trabalho impostas, causando o medo de sindicalizar-se e a dificuldade de aglutinar trabalhadores estáveis e temporários, o que impede a consolidação da consciência de classe e da organização coletiva dos trabalhadores tão necessária para a constituição da resistência.

Marx e Engels (1980) indicam que o progresso da indústria substituiu o isolamento dos operários pela sua união, abrindo espaço para associação e, assim, para ações revolucionárias.

A relação contraditória que se estabelece no modo de produção capitalista é o que permite afirmar que a burguesia produz seus próprios coveiros à medida que possibilita a reunião dos trabalhadores no chão da fábrica com o intuito de agilizar a produção. Ao reuni-los, opera em favor da união dos trabalhadores em associações que possibilitam a luta anticapitalista. Essa contradição obriga o capital a criar, constantemente, novas estratégias de manutenção.

Isto vale também para a escola, espaço que agrega um conjunto de trabalhadores e que, por isso, abre brechas para articulação política. Portanto, levantamos uma outra questão relativa à organização da ação coletiva dos professores para enfrentamento dos problemas vividos no trabalho: por que a maioria dos professores tende a não se engajar nos movimentos grevistas? Essa é uma situação muito comum no Município de Palhoça, uma vez que dos quase 600 professores da rede, apenas 1/3 deles comparecem às paralisações. Os demais não participam, mesmo não havendo aulas

nas escolas. Isso caracteriza o sentimento das professoras entrevistadas sobre os movimentos de luta: o descrédito e o desânimo relacionados à desarticulação dos professores. Alegam desistir de participar porque não há engajamento de toda a categoria. Ocorre o que chamaremos de ciclo de participação-desistência, ou seja, os que costumam participar desistem por perceberem que não há uma participação efetiva do grupo. O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Palhoça (SITRAMPA) registra o total de 724 filiações, entre as quais 299 são de trabalhadores da educação. Dessas 299 filiações não conseguimos determinar o número de professores, pois algumas fichas cadastrais estão incompletas nos itens referentes ao cargo dos filiados. Somente o código utilizado pelo sindicato é que nos permite identificar o setor de atuação do trabalhador sindicalizado. Os professores que não se filiam ao sindicato justificam-se que não o fazem pelo baixo salário, pois a contribuição sindical significa um custo a mais no orçamento. Como não tivemos acesso ao número de trabalhadores da educação da Rede Municipal de Palhoça, não podemos prever o percentual dessas filiações em relação ao número total de trabalhadores da educação. Essas informações dependem da autorização do Secretário de Educação e, até o momento, não são divulgadas. O que podemos concluir, por ora, é que 41% dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Palhoça (SITRAMPA) são trabalhadores da educação; um número expressivo, se comparado ao número total de filiados. O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Palhoça oferece aos filiados as seguintes vantagens:

- a- Empréstimo financeiro em parceria com a CAPEMI seguros;
- b- Vale-gás, vale-farmácia e vale-alimentação - descontados em folha;
- c- Assistência jurídica em causas trabalhistas;
- d- Vale-dentista: o sindicato paga o valor do tratamento ao dentista e o filiado pode negociá-lo em parcelas a serem descontadas em folha.

As vantagens oferecidas pelo SITRAMPA levam-nos a acreditar que o índice de filiações possa estar ligado ao fato de o Sindicato oportunizar a seus filiados o acesso aos meios de subsistência necessários - mesmo que o trabalhador não disponha de dinheiro no momento.

Tendo acesso ao gás, farmácia e alimentação, o trabalhador filiado se vê assegurado e passa a

usufruir dessas vantagens. Em conversa com o Presidente do Sindicato, obtivemos a informação de que muitos filiados recorrem ao empréstimo para pagar as dívidas assumidas e, muitos deles, chegam ao final do mês sem ter o que receber. Há casos em que o Sindicato não tem como descontar os vales, precisando negociar com o trabalhador. Quantos, entre esses casos não são de professores?

Qual é, afinal, o papel do sindicato? Fazer frente às reivindicações ou exercer uma política assistencialista-paternalista? Esta é uma das questões suscitadas diante da crise do atual modelo de organização sindical.

Apesar das péssimas condições de trabalho, falta de materiais de apoio ao trabalho, turmas superlotadas pela falta de espaço físico, condições físicas de risco das escolas e apesar dos baixos salários não há na verdade um movimento forte, articulado, capaz de reivindicar condições mínimas de trabalho e salário digno.

Observamos, de um lado, os professores que justificam sua não-participação nas manifestações pelo fato de não existir um grupo expressivo de professores nas paralisações e, de outro, os professores Admitidos em Caráter Temporário, justificando-se pelo medo de perderem o emprego caso sejam vistos nas mobilizações ou caso o diretor mande para a Prefeitura a lista dos faltosos do dia.

Para Dejours (2001, p.141), o medo é uma vivência subjetiva e um sofrimento psicológico que pode afetar a saúde do trabalhador por meio de manifestações psicopatológicas. O medo da demissão, ameaça constante ao trabalhador, pode levá-lo a continuar trabalhando mesmo doente; a silenciar, negando o sofrimento do outro e negando o seu próprio; a isolar-se, adotando posturas individualistas, do tipo salve-se quem puder ou cada um por si; e, por fim, o medo é capaz de neutralizar a mobilização coletiva contra o sofrimento, promovendo condutas de obediência e de submissão.

Dejours analisa a falta de reação coletiva e de mobilização, a aceitação da injustiça e do mal, caracterizando-a como "banalização da injustiça social". Ao examinar as relações de trabalho, presentes no sistema neoliberal, afirma que a falta de reação coletiva passa por um processo de desenvolvimento de tolerância à injustiça que nos leva a tolerar a brutalidade das relações de trabalho, que geram sofrimento. Mesmo que estas brutalidades sejam denunciadas, como é o caso do Município de Palhoça,

ção implicam, necessariamente, ação política (2001, p. 25).

A pesquisa que realizamos evidenciou que os professores da Rede Pública Municipal de Palhoça encontram-se insatisfeitos com as condições de trabalho e salário. O que contraria a tese de Codo (1999), em pesquisa realizada em âmbito nacional com professores, de que 90% dos trabalhadores estão satisfeitos com o trabalho que realizam.

Investigando a relação trabalho/saúde de docentes do Ensino médio da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro, Gomes (2002) também constata a insatisfação dos professores com o trabalho realizado, embora tenham dificuldade de falar sobre sua saúde e sofrimento, mesmo que este seja percebido e que seus sintomas estejam relacionados ao trabalho.

Mesmo estando insatisfeitos com o trabalho realizado, devido à sua natureza, exigências, salário e condições de trabalho, os docentes da Rede Municipal de Palhoça parecem inertes à situação.

BLS PDF Converter DEMO

Somente se pode esperar reação individual e coletiva diante da injustiça infligida a outrem _ à feição da solidariedade ou ação política _ se o sofrimento e o sentido desse sofrimento forem acessíveis às testemunhas. Em outras palavras, a mobilização depende principalmente da natureza e inteligibilidade do drama vivido pela vítima da injustiça, da violência e do mal. Porém o sentido do drama é ainda insuficiente para mobilizar uma ação coletiva contra o sofrimento, a injustiça e a violência. Para tanto é necessário não apenas que o drama e a intriga sejam compreensíveis, mas também que ocasionem o sofrimento da testemunha, que lhe despertem compaixão. Somente então o sofrimento acarreta sofrimento para o sujeito que o percebe. Esse é um elemento essencial à formação de uma vontade de agir contra a injustiça e o sofrimento infligidos a outrem (DEJOURS, 2001, p.142).

4 COMO VAI A SAÚDE DOS (AS) PROFESSORES (AS)

á nosso interesse discutir, neste capítulo, a relação entre a saúde do professor, a natureza de seu trabalho e suas condições de realização no interior da sociedade capitalista. Nesse sentido, apresentamos um panorama geral dos afastamentos para tratamento de saúde e a incidência das doenças entre os professores da Rede Pública Municipal de Palhoça, refletindo sobre o que dispõe o Estatuto do Magistério a respeito das licenças para tratamento de saúde e, ainda, a relação entre a saúde do professor com seu trabalho. A questão que se levanta é: pode o trabalho trazer implicações para saúde do professor?

O trabalho é central na vida humana. Por meio dele o homem cria e recria sua vida, dá sentido a ela. No entanto, o trabalho também pode gerar sofrimento e doença à medida que o trabalhador é expropriado da sua condição humana. Dejours (2001, p. 98) fala dessa essência ambivalente do trabalho, que tanto pode causar infelicidade, alienação e doença mental, como pode ser responsável pela auto-realização, sublimação e saúde.

4.1 O Estatuto do Magistério e os afastamentos dos professores para tratamento de saúde

Ao profissional da educação do Município de Palhoça é garantida licença para tratamento de saúde no artigo 94 do Estatuto do Magistério. Neste artigo fica claro que:

Ao profissional da educação, impossibilitado de exercer seu cargo por motivo de saúde, é concedida licença com remuneração, mediante inspeção de órgão médico oficial, e poderá ser concedida "ex-officio" ou a pedido do profissional da educação ou de seu representante legalmente constituído, quando impossibilitado de fazê-lo pessoalmente (2003, p.24).

Também lhe é garantido o direito de readaptação. Segundo o artigo 68 do Estatuto do Magistério, a readaptação se dá "quando ocorre modificação do estado de saúde do profissional da educação a ponto de impedir o bom desempenho das atribuições de seu cargo, recomendando-se o desempenho de outras atividades compatíveis com sua condição funcional" (2003, p. 20).

O Estatuto de ~~Palhoça~~ **BLS PDF Converter DEMO** ~~clara~~ que a readaptação não implica mudança de cargo e que, se persistir a alteração no estado de saúde do profissional da educação ao fim da prorrogação, pode ser recomendada a permanência definitiva nas novas atribuições que o readaptado desempenha.

No disposto sobre a readaptação, podemos observar que o trabalhador é tratado como mercadoria, à medida que a redação justifica a readaptação quando o estado de saúde do trabalhador prejudicar o bom desempenho de suas funções. Ainda recomenda que o profissional desempenhe outras atividades que sejam compatíveis com sua condição funcional e não com seu estado de saúde. Tal redação evidencia o caráter alienante do trabalho, em que "a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria" (MARX, 2002, p. 66).

No parágrafo 5º do mesmo artigo, em referência ao professor, que na Rede Municipal de Palhoça tem 30% de regência de classe agregada ao salário, encontramos redigido que "a regência de classe será mantida quando o motivo da readaptação tiver origem no exercício desta função e que o profissional não exerça função idêntica em outra instituição pública ou privada".

Considerando que a incidência maior de licenças entre os professores pesquisados é motivada pela depressão, como o órgão médico oficial pode atestar que a depressão desses professores

é decorrência de seu trabalho? Parece-nos que fica entregue à boa vontade do médico e dependente dela a permanência da regência de classe incorporada ao salário do professor. Esta situação é agravada com a dificuldade dos (as) professores (as) de reconhecer o sofrimento no trabalho e perceber que suas doenças podem ser consequência do trabalho que realizam.

Entretanto, o 4º parágrafo do Estatuto revela que a readaptação não acarreta diminuição do vencimento dos professores. Mas, como se refere ao vencimento e não à remuneração, o professor fica passível de perder a regência de classe. Como o próprio Estatuto define no título II, dos conceitos, "o vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público com valor fixado em lei. A remuneração é o vencimento do cargo de carreira, acrescidas as vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei". Logo, como a regência de classe é uma vantagem pecuniária estabelecida em lei, ela não constitui o vencimento do professor, e sim sua remuneração. Dessa forma, o professor corre o risco real de perder a regência de classe caso seja comprovado pelo órgão médico oficial que sua doença não teve origem no exercício de suas funções.

4.2 Afastamentos para tratamento de Saúde

Na Rede Municipal de Educação do Município de Palhoça é significativo o número de professores que se afastam para tratamento de saúde nos últimos três anos. Após pesquisas realizadas sobre Licenças para Tratamento de Saúde e Readaptação - nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação e nos arquivos das fichas funcionais dos professores no Departamento de Recursos Humanos

da Prefeitura de Palhoça - verificamos a existência de professores e professoras em readaptação ou em Licença para Tratamento de saúde. Para a pesquisa, são considerados e computados os números de afastamentos de **professores efetivos** - da sala de aula - para tratamento de saúde, incluindo casos de readaptação e LTS. Nas tabelas que seguem, encontram-se dados referentes aos afastamentos para tratamento de saúde, concedidos aos professores efetivos da Rede Pública Municipal de Ensino de Palhoça, nos anos investigados.

Tabela 4 - Número de professores efetivos afastados para tratamento de saúde da Rede Municipal de Ensino de Palhoça, pela categoria gênero

Ano	Professores efetivos em exercício DRH	Professores afastados ao ano SMECD	%	Sexo feminino	%	Sexo masculino	%
2000	204	40	20	39	98	1	2
2001	200	46	23	43	93	3	7
2002	411	45	11	43	95	2	4

Fonte: SMECD -Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e DRH - Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Palhoça, 2003.

Como podemos observar, no ano 2000, 20% dos professores em exercício - 40 professores efetivos - são afastados da sala de aula para tratamento de saúde. No ano seguinte, em 2001, há um acréscimo no percentual de professores afastados em relação ao ano anterior, com 23% dos professores afastados. O número de professores afastados também aumenta, passando de 40 para 46 professores em licença para tratamento de saúde. Em 2002, o percentual cai para 11%, entretanto, o número de professores efetivos afastados para tratamento de saúde é praticamente o mesmo.

Precisamos considerar nesta análise o aumento significativo do número de professores da rede, nos últimos três anos, implicando cautela quanto aos números apresentados. O que podemos afirmar é que o número de professores afastados se manteve e que houve aumento no número de professores na rede. Considerando esse aumento no número de professores admitidos em cada ano e o número de professores afastados, podemos perceber uma diminuição no percentual do número de professores em licença para tratamento de saúde, referente ao número de professores em exercício.

Como a nossa pesquisa abrangeu apenas o período de três anos, fica difícil concluir a respeito do aumento ou diminuição das licenças médicas. O que nos interessa é indicar que o número de professores (as) efetivos (as) afastados (as) é significativo, especialmente ao considerarmos as doenças que motivaram os afastamentos.

Outro dado interessante de abordarmos - que aparece na tabela acima - é que o número de licenças para tratamento de saúde é significativamente maior entre as mulheres. Os maiores índices de afastamentos são de professoras e esse é um dado importante, embora já previsto, uma vez que a docência é uma profissão eminentemente feminina. Historicamente, a docência constituiu-se como profissão de mulheres. Contudo, esse não é o único fator que justifica a maior incidência desses afastamentos para tratamento de saúde entre docentes mulheres. Há que se considerar também que a mulher-trabalhadora acaba assumindo o trabalho doméstico após finda sua jornada de trabalho na escola. Assumir o trabalho doméstico e outras atividades complementares de renda - além do trabalho escolar - é fato comum entre as trabalhadoras da educação. Devido aos baixos salários que percebem, essas professoras se sobrecarregam de trabalho e sofrem pela intensificação dos ritmos e tempos. A sobrecarga e os problemas com o trabalho são tantos que vêm se refletindo na vida destas trabalhadoras, gerando sofrimento e mal-estar. Analisamos, até o momento, o número de professores que se afastaram para tratamento de saúde nos anos 2000, 2001 e 2002, levando em conta a categoria e gênero. Porém, esses professores que se afastaram para tratamento de saúde, na sua grande maioria, tiveram mais de um afastamento ao ano, conforme podemos verificar nas tabelas que seguem:

Tabela 5 - Número de afastamentos para tratamento de saúde da Rede Municipal de Ensino de Palhoça

Ano	Número de professores em exercício	Número de professores afastados	Número de afastamentos para tratamento de saúde ao ano
2000	259	40	117
2001	392	46	123
2002	485	48	098

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Palhoça. 2003.

Estes dados permitem concluir que alguns dos professores se afastam mais de uma vez no mesmo ano, conforme a tabela abaixo:

Tabela 6 - Distribuição do número de professores afastados para tratamento de saúde de acordo com o número de afastamentos ao ano.

Número de afastamentos Ao ano	Número de professores afastados		
	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
1	11	13	26
2	10	13	09
3	10	07	07
4	02	03	02
5	04	06	02
6	00	03	00
7	01	01	00
8	00	00	01
9	01	00	01
10	01	00	00
Total	40	46	48

Fonte: DRH (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura Municipal de Palhoça, 2003.

Como podemos perceber, alguns professores são coincidentes nos afastamentos para tratamento de saúde. O número de licenças concedidas a cada professor tem sua maior concentração entre 1 a 3 afastamentos ao ano. Porém, mesmo que representem a minoria absoluta, alguns professores registram até 10 afastamentos no mesmo ano. Além da incidência das doenças entre os professores, o número de afastamentos ao ano foi outro critério para a seleção dos entrevistados.

É importante ressaltarmos que estes afastamentos para tratamento de saúde têm uma maior projeção no segundo semestre do ano letivo, como mostra a tabela 7.

Tabela 7- Número de afastamentos para tratamento de saúde por semestre

Ano	Nº de afastamentos ao ano	Nº de afastamentos no 1º semestre	%	Nº de afastamentos no 2º semestre	%	Percentual de aumento do 2º semestre
2000	117	51	43	66	57	14
2001	123	60	49	63	51	02
2002	098	40	40	58	60	20

Fonte: DRH (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura Municipal de Palhoça, 2003.

A concentração maior das licenças para tratamento de saúde no segundo semestre confirma nossa hipótese de que o cansaço pela longa jornada e a sobrecarga de trabalho a qual professor está submetido - dada a natureza de seu trabalho - vêm agravar seus problemas de saúde e o leva a afastar-se de suas funções por períodos maiores, como é o caso das readaptações em que o professor continua trabalhando na escola em outra função, ou por períodos mais curtos, que variam de três a trinta dias, em que o professor permanece em casa.

Durante nossa investigação nos arquivos da Secretaria de Educação e do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palhoça, verificamos que há uma incidência maior de afastamentos para tratamento de saúde entre professores (as) que trabalham nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Em segundo lugar estão os professores da Educação Infantil e, por último, os professores que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental, como mostra a tabela 8.

BLS PDF Converter DEMO

Quanto ao nível de atuação dos professores em licença para tratamento de saúde é importante percebermos o movimento ocorrido nos três anos analisados. Nos anos 2000 e 2001, a incidência maior dos afastamentos ocorre entre os professores de 1ª a 4ª série e no ano 2002, constatamos que os professores da Educação Infantil foram os que mais se afastaram para tratamento de saúde. Entretanto esse movimento ocorrido em 2002 não descaracteriza o quadro que vínhamos apresentando, pois os professores de 1ª a 4ª série são os que mais se afastam. Por que o índice de afastamentos para tratamento de saúde é maior nas séries iniciais do Ensino Fundamental?

Essa questão pode ser respondida se nos remetermos à natureza do trabalho docente e analisarmos as especificidades de cada nível de atuação. O professor da Educação Infantil, embora tenha uma difícil rotina com crianças de 0 a 6 anos, fica livre de algumas das tarefas exigidas ao professor do Ensino Fundamental. Este último fica impelido de realizar uma série de atividades que não fazem parte do contexto do trabalho da Educação Infantil. O professor do Ensino Fundamental precisa elaborar e corrigir exercícios e provas o que lhe consomem tempo e energia.

Tabela 8 - Número total de afastamentos para tratamento de saúde dos docentes da Rede

Municipal de Ensino de Palhoça, por níveis de ensino e situação funcional.

		Número de professores afastados para tratamento de saúde de acordo com os níveis de ensino			Nº de professores afastados de acordo com a SITUAÇÃO FUNCIONAL		Nº de afastamento de tratamento de saúde como tipo af
		NÍVEIS DE ATUAÇÃO					
Ano	Nº de professores afastados para tratamento de saúde	Professores Educação infantil	Professores 1ª a 4ª	Professores 5ª a 8ª	Efetivos	ACTs	Nº de licenças
2000	40	12	25	3	40	0	98
2001	46	12	27	7	46	0	95
2002	48	23	21	4	45	3	88
Total	134	47	73	14	131	3	287

BLS PDF Converter DEMO

Fonte: (DRH) Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palhoça e (SMECD)Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2003.

Observando os dados apresentados, referentes aos afastamentos de professores (as) para tratamento de saúde, podemos concluir que:

- a- a incidência maior de afastamentos para tratamento de saúde concentra-se entre os professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- b- os professores efetivos se afastam mais que professores Admitidos em Caráter Temporário;
- c- as licenças para tratamento de saúde ocorrem com mais frequência do que as readaptações

Considerando que a Rede Municipal de Palhoça apresenta um quadro constituído por, aproximadamente, 50% de professores ACTs, no ano de 2001, questionamos: O que de fato ocorre? Os professores ACTs não adoecem? Ou, se adoecem, continuam trabalhando, pois temem que seu contrato seja rescindido?

Mesmo que já tenhamos abordado tal questão neste trabalho, gostaríamos de voltar a ela. O professor ACT, como o próprio nome já diz, é aquele professor Admitido em Caráter Temporário. É regido por uma lei própria - que não lhe confere os mesmos direitos dos professores efetivos e - assim como os demais trabalhadores temporários - não tem garantia nenhuma de emprego. A ameaça da demissão é uma constante na vida desse professor temporário. **No que se refere às licenças concedidas, o professor ACT não tem os mesmos direitos do efetivo. Durante o primeiro mês da licença para tratamento de saúde, o vencimento é integral e, nos meses subsequentes passa a ser 2/3 do vencimento integral.**

O sofrimento ou o medo de não conseguir prorrogar seu contrato de trabalho para o próximo ano traz como consequência imediata o não-absenteísmo entre esses professores que, mesmo doentes, vão trabalhar. Atrémos a isso o fato de os professores ACTs serem geralmente muito jovens e estarem em início de carreira. **BLS PDF Converter DEMO**

Constatamos também que o número de readaptações é menor que o número das demais licenças para tratamento de saúde. Tal constatação é corroborada com a incidência das doenças entre os professores, uma vez que, apenas em alguns casos específicos, são indicadas as readaptações. São readaptados na escola os professores com diagnóstico de lesão nas cordas vocais, casos de depressão, problemas de coluna, trombozes, ansiedades, sinovites e tenossinovites, asma severa e fobias. Nas tabelas que seguem temos um panorama das doenças pelas quais os professores da Rede Pública do Município de Palhoça se afastam do trabalho na sala de aula, nos anos pesquisados.

4.3 As doenças mais frequentes entre os professores

Abordamos, neste item, as doenças pelas quais os (as) professores (as) se afastam do trabalho em sala de aula, conforme laudos-médicos prescritos em 2000, 2001 e 2002. Percebemos, por meio dos dados, o índice elevado de afastamentos concentrados em algumas doenças específicas. Os quadros abaixo mostram as doenças pelas quais os professores se afastam do trabalho nos anos pesquisados.

BLS PDF Converter DEMO

Tabela 9 - Incidência das doenças nos professores, no ano 2000

Doenças	Incidência das doenças
Depressão	34
Transtorno afetivo bipolar	07
CID não identificadas	07

Coluna	06
Varises	04
Luxações	04
Asma	03
Pré- eclampsia	03
Ansiedade	03
Hipertensão	03
Stress	02
Histeria	02
Angústia	02
Amigdalite	02
Diáfise aberta	02
Dor torácica	02
Entorse	02
Paniculite	02
Pé torto congênito	02
Espondilose	02
Lesão nas cordas vocais	02
Anemia	01
Artrite	01
Ataxia hereditária	01
Bursite	01
Cólica renal	01
Procedimento cirúrgico no ombro	01
Distúrbio emocional	01
Dor abdominal	01
Dor facial atípica	01
Dorsalgia	01
Enterrite regional	01
Enxaqueca	01
Gastroenterite	01
Infecção não especificada	01
Sinovite	01
Tenossinovite	01
Trombose	01
Trabalho de parto prematuro	01
Pneumonia	01

Fonte: DRH (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura Municipal de Palhoça, 2003

Tabela 10 - Incidência das doenças nos professores, no ano 2001

DOENÇAS	INCIDÊNCIA DAS DOENÇAS
Depressão	45
CID não identificadas	11
Lesão nas cordas vocais	07
Sinovite	05
Tenossinovite	05
Stress	04
Complicações na gravidez	04
Bursite	04
Luxação	03
Mononeuropatia -membros superiores	03
Falso trabalho de parto	02
Ameaça de aborto	02
Asma	02
Procedimento cirúrgico	02
Fobias	02
Artrite	01
Artrose	01
Dermatite	01
Dor articular	01
Dor lombar baixa	01
Hepatite	01
Hepatite	01
Hiperêmese gravídica leve	01
Hipertrofia da mama	01
Infecção urinária	01
Lesão no ombro	01
Leucodermia	01
Lumbargo com Ciático	01
Neurastenia	01
Nevralgia	01
Neurite	01
Pés tortos congênitos	01
Síndrome cervicobraquial	01
Transtorno obsessivo compulsivo	01
Trombose - membros inferiores	01
Hipertensão gestacional	01
Pré-eclâmpsia	01

Fonte: DRH (Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palhoça), 2000

Tabela 11- Incidência das doenças nos professores, no ano 2002

DOENÇAS	INCIDÊNCIA DAS DOENÇAS
Depressão	40
CID não identificadas	08

Sinovite	05
Tenossinovite	05
Dorsalgia	03
Leucemia	03 (mesma pessoa)
Lesão nas cordas vocais	03
Neurite	02
Nevralgia	02
Falso trabalho de parto	02
Traumatismo do nervo do tornozelo	02
Luxação	02
Varizes	02
Transtorno afetivo bipolar	02
Cirurgia de varizes	01
Cirurgia nas cordas vocais	01
Transtorno mental devido a uso de alucinógeno	01
Complicações na gravidez	01
Transtorno de condução	01
Transtorno de adaptação	01
Stress	01
Síndrome cervico-braquial	01
Síndrome do túnel do carpo	01
Sarna	01
Pneumonia	01
Mialgia	01
Menstruação excessiva	01
Traumatismo de vasos sanguíneos de punho e mão	01
Dor lombar baixa	01
Entorse/ distensão tornozelo	01
Esquizofrenia	01

Fonte: DRH (Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palhoça), 2003.

No ano 2000, a depressão aparece como a doença de maior incidência entre os professores da Rede Municipal de Ensino de Palhoça, totalizando 34 afastamentos. Outras doenças relacionadas à saúde mental também apareceram, tais como: transtorno afetivo bipolar, ansiedade, *stress*, histeria e angústia, totalizando 50 afastamentos ao ano.

Em 2001, liderando o quadro das doenças pelas quais os professores se afastam para tratamento de saúde, aparece novamente a depressão com 45 afastamentos registrados durante o ano. Há também, casos de *stress*, fobias e neurastenia que completam o quadro das doenças ligadas à saúde mental, totalizando 52 afastamentos.

No ano 2002, a depressão outra vez aparece como a doença de maior incidência, registrando 40 afastamentos. Doenças como transtorno afetivo bipolar (um tipo de depressão), transtorno mental

devido ao uso de alucinógenos, esquizofrenia e stress, também constituem o quadro das doenças relacionadas à saúde mental, totalizando 45 afastamentos.

Fazendo um recorte da incidência de doenças relacionadas à saúde mental de docentes, compõe-se o seguinte quadro:

Tabela 12- Número de afastamentos por doenças relacionadas à saúde mental

Ano	Total de afastamentos	Número de afastamentos relacionados à saúde mental	%
2000	117	50	43
2001	123	36	36
2002	098	45	53

Fonte: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palhoça, 2003.

BLS PDF Converter DEMO

Constatamos, portanto, que o maior índice de afastamentos de professores para tratamento de saúde ocorre por doenças de ordem psicológica. Resta-nos tentar estabelecer os nexos entre o trabalho e a saúde de docentes.

4.4 As implicações trazidas pelo trabalho à saúde de docentes:

Estabelecer os nexos entre o trabalho e a saúde de professores (as) requer uma incursão no mundo do trabalho docente, analisando-lhe a natureza e as condições sob as quais é realizado

(exigências da profissão, os meios necessários para a concretização do trabalho) assim como a intensificação e sobrecarga de trabalho (reflexo dos ínfimos salários), as questões de gênero e atividade doméstica.

Considerando o exposto e utilizando-nos dos estudos já realizados - acerca da relação trabalho/saúde - cabe-nos questionar: que implicações o trabalho docente traz para a saúde dos que nele atuam?

A investigação realizada apontou um número significativo de docentes que se afastam do trabalho por diversas doenças. Dentre elas, as doenças de ordem psicológica apresentaram índices superiores às demais. Os danos à saúde de docentes desencadeados no trabalho e por meio dele são evidentes. O sofrimento gerado pelas tensões e pressões no trabalho é revelado também nos depoimentos apresentados e no quadro de incidência de doenças ligadas à saúde mental.

A contribuição de Dejours (2001) para a análise que nos propomos reside justamente na discussão sobre a ambivalência do trabalho e de seu caráter paradoxal, prazer/sofrimento, saúde/doença. Dejours também discute a capacidade individual de resistência ao sofrimento no trabalho, afirmando que há indivíduos que subvertem sofrimento em prazer, ou mesmo criam estratégias individuais de enfrentamento das situações de trabalho, em que uns resistem mais e outros menos. A nosso ver, essa noção de Dejours contraria o referencial marxista à medida que desloca do plano social para o individual a responsabilidade de resistir ou não, de manter-se saudável ou não nas situações de trabalho, porque transfere um problema estrutural, da própria organização da sociedade capitalista, para o indivíduo. LIPP (2002) e colaboradores expressam essa tendência de responsabilizar os indivíduos pela manutenção de sua saúde e, sugerem, inclusive, medidas de prevenção ao *stress*, tais como: relaxamento, atividades em grupo e alimentação saudável como se essas medidas pudessem resolver os problemas enfrentados pelos docentes. As medidas de prevenção nada mais são do que medidas paliativas que, novamente, deslocam os problemas inerentes à organização da sociedade capitalista do plano social para o individual. Essas medidas podem amenizar os problemas dos trabalhadores naquele momento, mas, em hipótese alguma, darão conta de resolver problemas que são estruturais e que dizem

respeito às relações sociais estabelecidas. Muitas empresas têm contratado psicólogos para a realização de terapia em grupo e oferecido momentos de exercício físico e relaxamento para os trabalhadores, tudo para mantê-los em condições de trabalho, pensando nos lucros que podem proporcionar. Essa situação tem servido para escamotear o sofrimento no trabalho na forma como se dá no interior da sociedade capitalista e, também, para dificultar a organização coletiva de enfrentamento da exploração no trabalho que aliena e embrutece o ser humano.

A organização coletiva depende da vontade individual, de uma associação de indivíduos que - movidos pelo sentimento de indignação - sejam capazes de lutar contra a *injustiça* sofrida ou infligida. Para muitos, o sofrimento percebido pode não desencadear uma reação política e suscitar, apenas, o sentimento de piedade ou caridade ao invés de indignação e mobilização coletiva contra as injustiças.

O sofrimento somente suscita um movimento de solidariedade e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça. Evidentemente, quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça (DEJOURS, 2001, p. 19).

Acrescentamos que, além de perceber o sofrimento alheio e de compreender que ele resulta de uma injustiça, é preciso **não negar o próprio sofrimento** se o que pretendemos é uma ação política contra as injustiças e o sofrimento no trabalho. Negando o próprio sofrimento o que nos resta é a resignação, a convivência com uma situação intolerável. É necessário, então, que tomemos *consciência do sofrimento no trabalho*, que não neguemos nosso próprio sofrimento e percebamos o sofrimento alheio, consequência da injustiça, para que resulte disso uma possível mobilização e reação coletiva contra a injustiça e o mal.

A pesquisa que realizamos revela que parte dos (as) professores (as) fica doente e se afasta da sala de aula para tratamento de saúde. Indica ainda que os professores mais afetados pela doença são as mulheres, atuam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, dividem o trabalho da escola com o trabalho doméstico, são mal-remuneradas, têm uma longa jornada de trabalho, realizam atividades complementares de renda e ainda levam trabalho da escola para ser realizado em casa (sobretabalho). Esse quadro nos permite afirmar que a professora-trabalhadora está sobrecarregada de trabalho e que

isto é fonte de sofrimento e doença. Não podemos afirmar que este processo de sofrimento no trabalho esteja ocorrendo com todos os docentes. Sabemos que existem aqueles que resistem ao trabalho, mantendo-se saudáveis e encontrando prazer no que fazem. Mas precisamos pensar que podem estar saudáveis hoje, mas amanhã, doentes, porque há muitos professores jovens, recém-formados e cheios de expectativas. Manifestamos nossa preocupação com professores e professoras doentes. Buscamos esses professores para identificar alguns aspectos do trabalho realizado por eles e detalhes de suas vidas para, por meio deles, compreendermos essa relação dinâmica entre trabalho e saúde.

As professoras entrevistadas mostram a multifacetada atividade docente, uma atividade entre o prazer e o sofrimento, a luta entre o tempo da vida e o tempo do trabalho. Essas professoras sofrem e adoecem no trabalho. Este pode não ser a causa profunda das doenças, mas é fator desencadeador. Porque as pressões e as tensões geradas no e pelo trabalho têm levado essas professoras à doença mental, segundo os diagnósticos de depressão, ansiedade, fobias, neurastenias, stress, transtornos afetivos. As doenças ocupacionais, ocasionadas por esforço repetitivo ou pelo uso excessivo da voz sem os cuidados necessários, são insignificantes se comparadas ao alto índice de doenças ligadas à saúde mental. Para nossa surpresa, quase não encontramos casos de tendinite, Lesão por Esforço Repetitivo (LER), bursite, lesão nas cordas vocais, problemas de coluna ou pulmão de pedra. Encontramos um quadro de doenças que afeta a saúde mental do indivíduo, desestruturando-o e impedindo-o de trabalhar.

O professor, como outros trabalhadores assalariados, vende sua força de trabalho. Vende sua capacidade de ensinar, de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Sua capacidade de trabalho fica limitada, caso não encontre estratégias individuais e coletivas de defesa e de resistência ao sofrimento no trabalho.

Na tentativa de compreender esse processo - essa relação trabalho / saúde - em especial, o que ocorre com os professores, analisamos a natureza do trabalho docente, suas condições de realização no interior da sociedade capitalista e suas implicações na saúde de professores e professoras, a partir das relações entre trabalho e sofrimento. Defendemos a idéia de que o trabalho, central na vida

humana, é paradoxal, tanto pode levar o indivíduo ao sofrimento e à doença, como pode ser fonte de prazer e saúde. Como diz Dejours (2001, p.141), o trabalho pode dar origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser instrumento a serviço da emancipação, aprendizado, experimentação, solidariedade e democracia.

Nossa investigação apontou para o campo da saúde mental, um campo recente de estudos sobre a saúde dos trabalhadores, cuja contribuição merece devido destaque, uma vez que busca compreender como o processo de trabalho interfere na saúde desses trabalhadores (as).

Os estudos sobre saúde mental e trabalho, informa-nos Dejours (2001), têm crescido bastante nos últimos anos. A psicodinâmica do trabalho - fundada na França após a II Guerra Mundial por um grupo de médicos-pesquisadores, tendo L. Le Guillant como líder, denominada inicialmente de psicopatologia do trabalho - propõe-se ao estudo clínico e teórico da patologia mental decorrente do trabalho. As pesquisas em psicopatologias do trabalho, na década de 70, são condenadas pela esquerda sob a acusação de que toda abordagem de problemas psicológicos valoriza a subjetividade e, portanto, o individualismo e, conseqüentemente, a desarticulação de movimentos coletivos de luta.

A análise psicodinâmica das situações do trabalho tem o sofrimento como ocupação central, ou o efeito do trabalho sobre o sofrimento psíquico. Dessa forma, o trabalho pode servir para agravá-lo, podendo levar o indivíduo à loucura, ou mesmo subvertê-lo em prazer. Sendo que, em alguns casos, o indivíduo que trabalha preserva melhor sua saúde do que aquele que não trabalha (DEJOURS, 2001, p. 21).

Como nossa preocupação é com a saúde de docentes e nossa pesquisa apontou que as doenças de natureza psicológica são as de maior incidência entre professores (as), propomo-nos a apresentar alguns estudos acerca da saúde mental de docentes. Preocupado com a saúde de docentes, Esteve (1999), desenvolve pesquisa sobre "mal estar docente". A expressão é definida por Bueno (1992, p. 686) como imposição física ou moral, incômodo, desassossego ou doença.

A expressão "mal-estar docente" utilizada por Esteve, refere-se a um *desolamento ou incômodo indefinível*, uma forma de identificar que algo não vai bem, embora não sejamos capazes de definir.

Para este autor, o "mal-estar docente" é, portanto, "uma doença social produzida pela falta de apoio da sociedade aos professores, tanto no terreno dos objetivos do ensino, como no das recompensas materiais e no reconhecimento do status que lhes atribui" (1999, p. 144).

Sua pretensão com os estudos sobre "mal-estar docente" é analisar os principais indicadores que possibilitam a identificação dos elementos configuradores deste "mal-estar" de professores (as). Seus estudos apontam como indicadores do "mal-estar docente" **a modificação no papel do professor** e dos agentes tradicionais de socialização, conseqüência da rápida transformação do contexto social que aumenta as responsabilidades e exigências sobre os docentes; **as contradições presentes no trabalho docente**, como a exigência de que o professor seja companheiro dos alunos, em confronto com a exigência de que faça uma seleção ao final do curso. Ou, as exigências de inovações na prática do (a) professor (a) sem que sejam dadas as mínimas condições para isso; **modificação do apoio no contexto social** em que os professores não podem contar com o apoio dos pais para resolver conflitos com alunos, e o não-reconhecimento do trabalho realizado; os **objetivos do sistema de ensino** se tornam obsoletos frente às transformações do contexto atual e o **avanço do conhecimento** gera insegurança nos docentes porque atingem seu saber-fazer; a **imagem do professor** apresentada e veiculada na mídia mostra a docência como atividade conflitiva ou como profissão idílica, baseada exclusivamente na relação professor-aluno. A imagem de profissão **conflitiva** aparece em situações de violência, demissões ou situações de conflito provocadas por confrontos ideológicos, baixos salários e precárias condições de trabalho. Essa imagem reflete a transformação da profissão docente, que antes de ser tranqüila, passa a ser uma atividade marginalizada, pouco compreendida. Em contra-partida, a **imagem idílica** da docência veiculada em que o professor aparece como amigo e companheiro, é a imagem atraente da profissão com a qual os professores (as) identificam-se, mesmo estando distante da sua realidade.

Como principais fatores do "mal-estar docente" o autor aponta as precárias condições de trabalho, não compatíveis com as exigências da sociedade para com o trabalho de docentes. Indica, também, a violência e as agressões nas instituições contra professores (as), sejam elas físicas ou verbais.

Aponta, ainda, o acúmulo de exigências sobre o professor que intensificam seu trabalho, sobrecarregando-o e esgotando-o.

Para Esteve (1999, p. 58), freqüentemente associamos o esgotamento de professores (as) ao *stress*. O esgotamento de professores (as) aparece como consequência do "mal-estar docente", que não afeta de forma igual o conjunto de docentes. Continua, dizendo que associado ao *stress*, o esgotamento é freqüentemente confundido com ele. Relaciona o esgotamento docente aos casos de ansiedade, depressões, neuroses e *burnout*.

A pressão do contexto social e as dificuldades objetivamente existentes na prática do magistério não afetam por igual a todos os professores. Entre eles, um numeroso grupo é capaz de romper esse mal-estar difuso propondo novas respostas criativas e integradas, para fazer frente aos novos problemas. No entanto, entre os que sucumbem ante a ação das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência, os mais numerosos não são os que vêm sua saúde afetada por sintomas de estresse, neurose ou depressão, que ficam reduzidos a um número de casos quantitativamente significativo, mas não alarmante; os mais numerosos são os professores que recorrem, como uma reação de defesa, a um mecanismo de inibição que lhes permite romper a pressão à qual estão submetidos (ibid, p. 60).

BLS PDF Converter DEMO

O "mal-estar docente", ainda conforme Esteve, pode trazer como consequências o absentismo trabalhista ou, até mesmo, o abandono da profissão. O absentismo aparece, então, como maneira viável de aliviar as tensões a que o (a) professor (a) está submetido, seja por meio de ausências do trabalho por curtos períodos ou por licenças médicas.

A pesquisa de Esteve (1999) revela que as doenças mais freqüentes entre professores (as) são as distensões de tornozelo, as laringites e as depressões. Nossa pesquisa revela a significativa incidência de doenças relacionadas à saúde mental, entre elas, o *stress* e a depressão.

Para Nunes Sobrinho (2002, p.82), o "Stress é um estado geral de tensão também fisiológica e que tem uma relação com as demandas do ambiente. O stress ocupacional constitui-se em experiência individual desagradável, associada a sentimentos de hostilidade, tensão, ansiedade, frustração e depressão, desencadeados por estressores localizados no ambiente de trabalho". As condições de trabalho, as características individuais de cada trabalhador, seu estilo de relacionamento e o clima da organização são fatores que contribuem para a manifestação do *stress ocupacional*.

Meleiro (2002, p. 11) considera que "o stress é uma reação perfeitamente normal do organismo e

indispensável para a sobrevivência humana. Sem ele o indivíduo não tem preparo para enfrentar situações de perigo e fortes emoções, inclusive, levando-o à paralisação". Esta afirmação, possivelmente, seja baseada na primeira fase do stress, fase do alarme, quando o corpo expressa uma reação que indica que algo não vai bem. Nesta fase, com a reação de alarme, o organismo sofre transformações: a liberação da adrenalina, vasoconstritora, reduz o diâmetro dos vasos coronários; a liberação de aldosterona, hormônio que ao diminuir a diurese, aumenta o volume interno líquido, as plaqueta e fibromogênio, elevando a concentração de sangue; também há a liberação de corticóides que estimulam a gliconeogênese, produzindo um estado de hiperglicemia. Neste caso, se o estímulo estressor é intenso, representa ameaça à vida. Na sua segunda fase, denominada de fase da resistência, há uma rarefação do sangue e o anabolismo retornando à glicemia normal. Quando a ação do estressor persiste ou intensifica-se, esgotando a energia do trabalhador, temos a fase do esgotamento, em que o organismo é atingido no plano biológico ou físico, no plano psicológico ou emocional. Devido à própria constituição do indivíduo e suas heranças genéticas, sua propensão de adoecimento atinge seu órgão-alvo de maior fragilidade (Ibidem, p. 13).

Professores submetidos à sobrecarga de trabalho e às relações interpessoais conflituosas, trabalhando sob precárias condições, obrigados a cumprir exigências burocráticas exageradas e que ainda não têm seu trabalho reconhecido, têm mais chance de intensificação do *stress* que, por vezes, pode evoluir para o *burnout*.

O *burnout* é analisado por Reinhold (2002, p.64) como um tipo especial de *stress Ocupacional*, que se caracteriza por profundo sentimento de frustração e exaustão em relação ao trabalho desempenhado, sentimento que aos poucos pode estender-se a todas as áreas da vida de uma pessoa. Esta autora trata o *burnout* como uma erosão gradativa, muitas vezes imperceptível no início, consequência de um crônico e prolongado *stress*. Não ocorre repentinamente, ao contrário, caracteriza-se por um processo cumulativo, expresso em pequenos sinais de alerta. Sinais estes que, se não percebidos, podem levar o (a) professor (a) a sentir-se aterrorizado com a ideia de ter que trabalhar.

Em seus estudos sobre *burnout*, Codo e Vasques-Menezes (1999, p.238), acentuam que *burnout* é uma síndrome que afeta trabalhadores encarregados de cuidar, atividade que, necessariamente, implica envolvimento afetivo. Os autores chamam atenção para os casos de professores (as) com *burnout*, em que é comum identificar entre eles a falta de vontade de ensinar, caracterizando o não-envolvimento com o trabalho. Resumem esse sentimento dos professores, alertando que

Burnout, foi o nome escolhido; em português, algo como "perder o fogo", "perder a energia" ou "queimar (para fora) completamente" (numa tradução direta). É uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Esta síndrome afeta, principalmente, profissionais da área de serviços, quando em contato direto com seus usuários. (idem, p. 238)

Codo e Vasques-Menezes, que utilizam o termo *burnout*, baseados em Fregenhauer (1974), apresentam a síndrome como moda ou, outra promessa de compreender o sentimento de vazio, atribuindo a este autor a análise de um tipo de sentimento que já existia, inclusive, dando-lhe um nome: *burnout*. Atentam para o fato de que é uma síndrome de final de século e que seus estudos prometem contribuições importantes. Reafirmam também que a síndrome, entendida de forma multidimensional em seu conceito, envolve três componentes:

- 1) exaustão emocional - situação em que os trabalhadores (as trabalhadoras) sentem que não podem dar mais conta de si mesmos no que se refere ao campo afetivo e que percebem ter esgotada sua energia quanto seus recursos emocionais, devido ao contato diário com os problemas.
- 2) Despersonalização - caracterizada pelo desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas e de cinismo às pessoas destinatárias do trabalho (usuários e clientes), revelando uma espécie de endurecimento afetivo, de coisificação da relação.
- 3) Falta de envolvimento pessoal no trabalho - caracterizada pela tendência de uma evolução negativa

no trabalho, afetando a habilidade para a realização da atividade e o atendimento, ou o contato com as pessoas usuárias e com a própria organização. Nestas circunstâncias, em que o trabalho não tem significado para o trabalhador, constituindo-se fonte de sofrimento, esse trabalho é, portanto, fonte de ameaça à saúde física e/ou psíquica do trabalhador.

O *stress*, o *burnout* e a depressão são conseqüências desse mal-estar docente, para o qual Esteve (1999) vem chamando nossa atenção. Sobre o *stress* e a *síndrome de burnout* já tratamos. Resta-nos, pois, analisar uma doença que se manifesta como causa principal dos afastamentos para tratamento de saúde na Rede Pública Municipal de Palhoça: a depressão.

Mas, afinal, o que é a depressão?

Bueno (1992, p.336) define-a como o estado resultante da baixa do tono psicológico, expresso com desalento, desinteresse, tristeza, fadiga, insônia ou anorexia. A depressão varia de neurose à psicose.

Galvão (2004, p.3) identifica como principais sintomas da depressão: a sensação de tristeza; a perda de interesse pelas atividades que a pessoa gostava de realizar (trabalho, sexo, ir ao cinema etc); perda ou aumento do apetite ou do peso; insônia (menos frequentemente a sonolência); sensação de falta de energia ou vontade; ansiedade; falta de concentração; sentimento de inutilidade ou culpabilidade; dificuldade para tomar decisões; em alguns casos, perda do desejo de viver ou idéias recorrentes de morte ou suicídio.

Quanto às causas, o autor afirma que são múltiplas, portanto fica difícil precisar por que, exatamente, algumas pessoas se deprimem e outras não. Pode não haver, em alguns casos, razões evidentes e, em outros, um fato negativo pode atuar como desencadeante. A depressão possui um componente neuroquímico, uma substância chamada serotonina, encontrada nas células do cérebro, por meio da qual imediatizam-se os processos emocionais. A diminuição ou alteração dessa substância contribui para os episódios depressivos. Um outro componente para o qual o autor chama nossa atenção é o da herança familiar. Trata-se de um importante componente, pois um gêmeo tem 70% de

probabilidade de desenvolver a depressão se seu irmão a tiver.

A probabilidade de desenvolver a depressão, diz Galvão, aumenta com a ausência de uma relação estreita, íntima e de qualidade, seja com o cônjuge, namorado, amigos ou familiares. Uma convivência de qualidade com pessoas queridas, ajudam-nos a enfrentar melhor os problemas do cotidiano. O autor relaciona, ainda, outros fatores como os maus-tratos, a infidelidade, a agressividade, uma ruptura amorosa como situações em que a possibilidade de desenvolver a depressão é muito maior.

Tejero (2004) também atribui a depressão aos fatores endógenos, de origem biológica e como predisposição genética hereditária e, ainda, aos fatores exógenos encontrados no ambiente de convívio do indivíduo, como o *stress*, alguns acontecimentos laborais, profissionais e familiares. O autor nos lembra de que os fatores exógenos não são as causas propriamente ditas, mas são considerados por serem fatores desencadeadores da depressão. No entanto, alerta que há posturas partidárias que consideram como causas da depressão os fatores endógenos, descartando os exógenos e vice-versa. O autor considera ambos os fatores, os primeiros (os endógenos) como causa profunda e, os endógenos como desencadeadores da depressão em indivíduos predispostos geneticamente.

Como estamos analisando a saúde de docentes, cabe - nos reafirmar que as doenças ligadas à saúde mental que afetam esses trabalhadores - atingindo determinados professores (as) e outros (as) não - são desencadeadas por fatores exógenos naqueles indivíduos que têm uma predisposição herdada. As tensões, pressões e exigências do trabalho, as relações interpessoais conflituosas, o não reconhecimento do trabalho, os baixos salários e as precárias condições em que trabalham são responsáveis pelo *mal-estar docente*. Insistimos na idéia de que, apesar de haver fatores endógenos que predisõem determinado indivíduo-professor (a) à depressão, e outro (a) não, os fatores exógenos encontrados no trabalho docente podem, para alguns trabalhadores (as) da educação, ser fonte de sofrimento no trabalho e desencadeadores de diversas psicopatologias.

Os estudos que apresentamos sobre a saúde de professores revelam que o trabalho docente - consideradas sua natureza e condições de realização - pode trazer prejuízos à saúde desses trabalhadores. Mesmo apontando que esses prejuízos se concentram na saúde mental, não podemos

nos esquecer de que "as tarefas que exigem uma atenção muito concentrada, ou rápidos raciocínios matemáticos realizados sucessivamente, ou outras atividades mentais intensificadas, poderão redundar tanto em dores musculares quanto em forte irritabilidade. Porque, freqüentemente as pessoas estão submetidas, simultaneamente, a exigências cognitivas, físicas e emocionais" (SELIGMANN-SILVA, 1986, p. 63).

BLS PDF Converter DEMO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo representou nosso desejo pessoal e coletivo de compreender a relação entre a saúde do professor e o trabalho por ele realizado no interior das relações de produção capitalista.

Um desejo pessoal, por vivenciarmos diariamente o sofrimento daqueles que trabalham em sala de aula com turmas superlotadas; submetidos a exigências burocráticas muitas vezes exageradas; sob condições precárias e que levam trabalho para casa e não são pagos por isso. Especialmente, porque nos solidarizamos com estes trabalhadores que estampam o cansaço no rosto, com o olhar que perde o brilho, a boca que deixa de sorrir. Por reconhecer que o trabalho do professor e da professora não garante sua subsistência e que, por isso, precisam fazer artesanato - como o faz a professora entrevistada que - para se manter - ainda faz música de violão. Uma professora que divide o trabalho docente com atividades domésticas e outras complementares de renda. Que exige de seu corpo e de sua mente mais do que podem suportar. Que dorme tarde planejando aulas e corrigindo trabalhos e acorda cedo para organizar a casa. Que faz faxina em sua casa durante as madrugadas enquanto outros dormem. Que se tortura e se culpa pelo fracasso dos alunos. Que é mulher-mãe-trabalhadora e que vive o conflito de não ter tempo para os filhos, de não acompanhá-los, de não vê-los crescer. Indignação, isso é o que nos move. Indignação que move a ação coletiva.

Nosso desejo é um desejo coletivo, porque acreditamos que esses problemas não são individuais, à medida que se referem aos trabalhadores e que demandam um agir coletivo para enfrentamento da situação. E essa ação coletiva está alicerçada no (re)conhecimento da realidade do trabalho, da sua natureza, das relações sociais que engendram, das suas condições de realização e das suas implicações na vida do trabalhador.

Buscamos compreender como são as relações de trabalho na sociedade capitalista, analisando o trabalho docente neste contexto, para apreendermos a problematidade que subjaz à natureza da atividade docente, suas condições de realização e sua relação com a saúde de professores (as).

Professoras, trabalhadoras assalariadas, que enfrentam as mudanças do contexto social que exigem delas uma constante (re) organização do que e como ensinar. Essas trabalhadoras que têm uma árdua rotina, que se dividem entre ser professora, mãe, esposa e dona de casa e, ainda, dividem o escasso tempo em que ficam em casa com o trabalho da escola. Um sobretrabalho pelo qual não é paga, mas que é necessário realizar em casa porque sua hora-atividade não permite realizar todas as atividades inerentes ao seu trabalho, na escola, dentro de sua jornada contratual de trabalho. Um trabalho excedente que, para muitos docentes, não é questionado porque já passou a fazer parte do trabalho, e se tornou comum ter que realizar algumas ou muitas tarefas em casa.

O trabalho docente na forma como se dá, na sociedade capitalista, subsume a vida desses (as) trabalhadores (as), trazendo implicações para sua saúde, desencadeando estresse, depressões, fobias, neurastenias e tantas outras doenças que afastam parte significativa de professores (as) das salas de aula. As precárias condições de trabalho e os baixos salários, a relação às exigências da profissão, à longa jornada de trabalho e ao sobretrabalho, descrevem o trabalho desses (as) professores (as). Um trabalho que exige muito do (a) professor (a), que sofre por não ser reconhecido e nem valorizado e que trava uma batalha diária deslocando-se de uma escola a outra, sem tempo, inclusive, de alimentar-se.

O que descrevemos até o momento foi o resultado de nossos estudos teóricos e de nossas investigações empíricas, em que as professoras falam de seu trabalho, de suas vidas e de sua saúde.

No decorrer dessa busca constatamos que:

* Os baixos salários obrigam professores (as) a ampliar sua jornada de trabalho ao máximo (até 60 horas semanais), a realizar o trabalho doméstico e a buscar atividades de complementação de renda para sobreviver;

* Professores (as) trabalham sob péssimas condições: falta de recursos e ferramentas de trabalho; e, ainda, são extremamente mal remunerados.

*A incidência maior de afastamentos para tratamento de saúde concentra-se entre os professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental;

* Professores efetivos se afastam mais que professores admitidos em caráter temporário.

* As licenças para tratamento de saúde (LTS) ocorrem com maior frequência do que as readaptações.

* A incidência maior de afastamentos ocorre entre professoras;

* Há reincidência de afastamentos para tratamento de saúde;

* As licenças ocorrem com maior frequência no segundo semestre do ano letivo

* A depressão é a doença de maior incidência entre professores (as) afastados (as) para tratamento de saúde;

* As doenças de ordem psicológica lideram o quadro das doenças pelas quais os professores se afastam da sala de aula;

* Alguns trabalhadores resistem mais do que outros às pressões, às tensões, às doenças ocupacionais e aos fatores exógenos. Existe uma predisposição genética em alguns indivíduos que não estão presentes em outros. Por isso, um número significativo de docentes não é afetado pelas tensões e pressões no trabalho (ou é afetado e o nega como mecanismo de defesa do próprio sofrimento decorrente de tais tensões e pressões).

Essencialmente, constatamos que o trabalho docente - devido à natureza e condições de

realização no contexto capitalista - afeta a saúde de muitos professores. Constatamos, também, que as doenças de maior incidência entre estes trabalhadores são as de ordem psicológica, que trazem prejuízos à sua capacidade de trabalho, uma vez que a docência é uma atividade que exige um grande esforço e exercício intelectual por parte dos que nela atuam. A depressão, doença que mais atinge os professores pesquisados, juntamente com outras doenças ligadas à saúde mental, é responsável por aproximadamente 50% dos afastamentos para tratamento de saúde na Rede Pública Municipal de Ensino de Palhoça. Com esse quadro apresentado, questionamos: como um professor doente - em especial por doenças ligadas à saúde mental - pode executar seu trabalho com qualidade?

O trabalho docente, na forma como se realiza no interior das relações capitalistas de produção é alienante, embrutecedor, expropriador. Trabalhando sob precárias condições e tendo que cumprir as exigências e imposições próprias do trabalho, professores (as) são explorados tanto quanto os demais trabalhadores assalariados. Trabalhando durante uma longa jornada, realizam um trabalho gratuito: o trabalho excedente; são mal-remunerados e não se realizam em seu trabalho. Porque o trabalho que realizam é trabalho alienado e por mais que Codo (1999, p. 385) afirme que *o trabalho do professor é inalienável*, não podemos concordar com ele na medida em que a realidade expressa uma situação inversa. Embora concordemos com este autor de que há diferenças entre o trabalhador da fábrica e o professor, não podemos caracterizar o trabalho realizado por professores (as) como desalienado ou inalienável. Como afirmar que o trabalho do professor é inalienável se ele é submetido a controles externos? Se precisa seguir o livro didático por não ter tempo de exercitar sua criatividade elaborando ele mesmo suas aulas?

Marx (2002, p. 114), ao abordar a alienação no trabalho afirma que o trabalhador não se sente bem trabalhando. Torna-se infeliz no trabalho por não desenvolver livremente suas energias físicas e mentais, esgotando-se fisicamente e arruinando seu espírito. Seu trabalho deixa de ser voluntário e passa a ser imposto ou forçado.

Cabe-nos questionar: o trabalho do professor foge dessa alienação?

Trabalhar duramente, mas do que suas energias físicas e mentais permitem, esgotar-se no trabalho,

realizar um trabalho forçado, sob o olhar atento do supervisor e do diretor, submetido às várias formas de controle externo, ainda assim, podemos considerar o trabalho de professores (as) inalienável?

O projeto de desalienação do trabalho passa, indiscutivelmente, pelo fim da sociedade do trabalho abstrato, alienado. Um projeto anticapitalista prevê uma organização social que tem como elemento estruturante o trabalho concreto, produtor de coisas úteis e necessárias à vida humana.

Diante disso, resta-nos a certeza de que, sem articulação coletiva, não há como superar uma sociedade que exclui e expropria o trabalhador da sua condição humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEVATO, Hilda Maria Rodrigues. **Humanos, ainda que professores**. 1999. 289f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Estudos Sociais Aplicados da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ALONSO, George. Docentes fogem da rede pública. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 1995.p.17.

ALVES, Sônia. **Professores efetivos. Professores substitutos**: caminhos de persistência e renúncia norteados pelo tipo de contratação. 1998. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 200p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258 p.

ARAÚJO, Luzia; FREIRE, Eliane Bueno; BUGUEL, Tália. **Dicionário Básico Larousse-Ática**. São

Paulo: Ática, 2001. 193p.

ARGERAMI, Valdemar Augusto (Org). **Crise, Trabalho e Educação**. São Paulo: Traço, 1986.159p.

ARROYO, Miguel G. **Mestre, educador, trabalhador: Organização do trabalho e profissionalização**. Belo Horizonte: FAE, 1985.

BATISTA, Anália Soria; CODO, Wanderley. Crise de identidade e sofrimento. In: Wanderley Codo (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.60-85.

BATISTA, Anália Soria; ODELIUS, Cecília. Infra-estrutura das escolas Públicas. In: CODO, Wanderley (Coord). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 161-189.

BOSI, Alfredo. O ponto cego do Ensino. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 mar. 1997. Opinião 1, p. 3.

BLS PDF Converter DEMO

BRASIL. Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais**. Brasília: 1998.

_____. **Retrato da Escola 2**. As relações entre a escola, a vida e a qualidade de ensino. Relatório realizado pelo laboratório de Psicologia do trabalho e pela Confederação nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Brasília: 2001.

_____. **Retrato da Escola 3**. A realidade sem retoques da educação no Brasil. Relatório de Pesquisa sobre a situação dos trabalhadores (as) da Educação Básica. Brasília: 2004.

BUENO, Francisco. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 11.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992. 1263p

CASTRO, Ramon Pena. **A questão do trabalho**. São Carlos, 1988. 16f. Texto Mimeografado.

CATANI, Antonio David (Org). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 368p

CODO, Wanderley (Org). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. 432p

CODO, Wanderley; GAZZOTTI, Andréia Alessandra. Trabalho e afetividade. In: CODO, Wanderley (Org). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 48-59.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Ione. O que é burnout. In: CODO, Wanderley, (org). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.237- 254.

CODO, Wanderley; JACQUES, Maria da Graça (Orgs). **Saúde Mental e Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2002. 420p.

CORTESÊO, Luiza. **Ser Professor: Um ofício em extinção?** São Paulo: Cortez, 2002. 128p.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 158p.

BLS PDF Converter DEMO

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. Campinas: Papyrus, 1993.

ENGUITA, Mariano. **Trabalho, escola e Ideologia: Marx e a crítica à educação**. Porto alegre: Artes Médicas, 1993. 351p

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999. 175p

ESTEVE, José Manuel. Mudanças Sociais e Função Docente. In: NÓVOA, Antônio (Org). **Profissão Professor**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1995. p. 93-124.

FIDALGO, Fernando Selmar. Trabalho e carreira docente: contribuições teórico-metodológicas. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, n. 0, p.94-109, jul./dez. 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 234.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.165p. (Coleção Leitura).

GALVÁN, Jorge Omar. Que és la depresión? Disponível em: <www.psiquenet.com/depresión>. Acesso em: 17 fev. 2004.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINE, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. **Cartografias do Trabalho Docente: professor (a) pesquisador (a)**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. 335p

GUIZONI, Liliam Deisy. **Absenteísmo e Plantão Pedagógico no Instituto Estadual de Educação**. 2002. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOMES, Luciana. **Trabalho multifacetado de professores (as) a saúde entre limites**. 2002. 123f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

HYPOLITO, Álvaro L. Moreira. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero**. Campinas: Papyrus, 1997. 120 p

INEP. Estatísticas dos Professores no Brasil. Brasília, 2003. 49p

LIPP, Marilda Novaes (Org.). **O stress do professor**. Campinas: Papyrus, 2002. 136p

LOPES FILHO, Nelson Bento. Professor. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21 abr. 2003. Diário do leitor, p. 26.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martinclaret, 2002. 198p

_____. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1994, v. 1, 579p.

_____. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1994, v. 2, p. 583-933.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do Processo de Produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985. 169p.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Impacto da Pesquisa educacional sobre as práticas escolares. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. 309p.

MELEIRO, Alexandrina (Org). O stress do professor. In: LIPP, Marilda Novaes (Org). **O stress do professor**. Campinas: Papirus, 2002. p. 11-27.

MONTEIRO, Zeina. Haje de Morisson. **Desempenho escolar, condições de trabalho e as implicações para a saúde do professor**. 2002. 216f. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Centro de Educação e Humanidades, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOURA, Wilson. **Trabalho e doença existencial**. Uma visão psicossociológica das doenças ocupacionais. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999.

NACARATO, Adair Mendes; VABANI, Adriana; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINE, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. **O cotidiano do trabalho docente: palco, bastidores e trabalho invisível ... abrindo as cortinas**. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINE, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. **Cartografias do Trabalho Docente: professor (a) pesquisador (a)**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 73-104.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora primária: mestra ou tia**. São Paulo: Cortez, 1984.143p.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. (13-34) In: NÓVOA, Antônio (Org). **Profissão Professor**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1995. p. 13-34.

NUNES SOBRINHO, Francisco de P. O stress do professor do ensino fundamental: o enfoque da ergonomia. In: LIPP, Marilda Novaes (Org). **O stress do professor**. Campinas: Papirus, 2002. p. 81-94.

PAIVA, Elizabeth; DURÃO, Anna Violeta. A escola como centro de redes de atividades informais. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, n.4, p. 61-80, 1998.

PALHOÇA. Lei nº 1683, de 08 de maio de 2003. Estatuto, Plano de Cargos e Remuneração dos

Servidores do Magistério Público Municipal de Palhoça. IOESC - Imprensa Oficial do estado de Santa Catarina.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O trabalho do Educador: em busca de sua desalienação. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n.9, p.181-194, jan./jun. 1987.

PESSANHA, Eurize Caldas. Ascensão e queda do professor. 2. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997. 112p

REINHOLD, Helga H. O burnout. In: LIPP, Marilda Novaes (Org.). O stress do professor. Campinas: Papirus, 2002. p.63-94.

RIBEIRO Jr., Amaury. Professores de Buritizeiro (MG) ganham menos que o salário mínimo e alguns não têm o 1º grau. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 jul. 1997. Especial A.

BLS PDF Converter DEMO

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, Antônio (Org). Profissão Professor. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1995. p. 63-92.

SANTOS, Cássio Miranda. A proletarização do Trabalho Docente: Entre o mito, a realidade e a possibilidade. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, n. 4, p. 137-158, ago./dez.1998.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Crise, Trabalho e Educação. In: ARGERAMI, Valdemar Augusto (Org). Crise, Trabalho e Educação. São Paulo: Traço, 1986. p. 54-132.

STOBÁUS, Claus Dieter; MOSQUEIRA, Juan José Mouriño; TEIXEIR, Thais Campos. **Mal-estar na docência**: testemunhos de docentes. ANPED, 2002. CD-ROM.

SORATTO, L.; OLIVIER-HECKLER, Cristiane. Os trabalhadores e seu trabalho. In: Wanderley Codo (Coord). **Educação: carinho e trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 89-110.

TEJERO, Angel Marin. **Por qué hablamos hoy mas de depresión?** Disponível em: < www.cop.es/colegiados> . Acesso em 17 fevereiro 2004.

TITTONI, Jaqueline. Saúde mental. In: CATANI, Antonio David (Org). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 279-283.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital:** Apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. Florianópolis: [199-].

WEBER, Silke. A desvalorização social do professorado. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 156-170, set. 1997.

WENZEL, Renato Luiz. **Professor: Agente da Educação?** Campinas: Papirus, 1994. 118p.(Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs). **Itinerários de pesquisa:** perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. 309p.

BLS PDF Converter DEMO

ANEXOS
BLS PDF Converter DEMO

BLS PDF Converter DEMO